



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLVI - Nº 55

SEXTA-FEIRA, 28 DE JUNHO DE 1991

BRASÍLIA - DF

CONGRESSO NACIONAL

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 296, DE 29 DE MAIO DE 1991

ATO DECLARATÓRIO Nº 1
DE 1991, DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

Eu, Mauro Benevides, Presidente do Senado Federal, no uso da atribuição que me confere o art. 6º, *in fine*, da Resolução nº 1, de 1989-CN, declaro insubsistente a Medida Provisória nº 296, de 29 de maio de 1991, que “altera a remuneração dos funcionários civis e militares da União e dá outras providências”, rejeitada pelo Congresso Nacional em sessão de 26 de junho de 1991.

Senado Federal, 27 de junho de 1991. — Senador **Mauro Benevides**, Presidente.

SUMÁRIO

1 — ATA DA 3ª REUNIÃO CONJUNTA, EM 27 DE JUNHO DE 1991

1.1 — ABERTURA

1.1.1 — Comunicação da Presidência

Inexistência de **quorum** regimental para a realização da sessão e convocação de outra sessão a realizar-se hoje, às 10 horas, com a Ordem do Dia que designa.

1.2 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 42ª SESSÃO CONJUNTA, EM 27 DE JUNHO DE 1991

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO WILSON CAMPOS — Rejeição da Medida Provisória nº 296, que reajusta salários dos funcionários civis e militares.

DEPUTADO EDUARDO JORGE — Manifestações de solidariedade à Prefeita Lufza Erundina em face da sistemática perseguição política do Tribunal de Contas de São Paulo àquela prefeitura.

DEPUTADO GERSON PERES — Analisando o desgaste sofrido pelo Congresso Nacional ao rejeitar a Medida Provisória nº 296/91.

DEPUTADO ALOÍSIO VASCONCELOS — Satisfação com a união da bancada mineira em torno de entendimentos supra-partidários, visando o melhor para o Estado de Minas Gerais. Oposição às declarações do Deputado Gerson Peres reafirmando sua posição contra a aprovação da medida provisória.

DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN — Ilacões da rejeição da Medida Provisória nº 296, pelo Congresso Nacional.

DEPUTADO LUIZ TADEU LEITE — Transcrição, nos Anais, de editorial do jornal **Folha de S. Paulo** expondo as razões para a oposição à legalização dos cassinos no País, sob título **Jogo no Congresso**.

DEPUTADO NAN SOUZA — Comportamento democrático do Congresso Nacional ao rejeitar a Medida Provisória nº 296.

DEPUTADO JOSÉ CICOTE — Considerações sobre a rejeição da Medida Provisória nº 296.

DEPUTADO EDSON SILVA — Atentado sofrido por jornalistas da “Agência Estado”, em Rondônia.

DEPUTADO HÉLIO BICUDO — Rebatendo críticas feitas ao Congresso Nacional, em virtude da rejeição da Medida Provisória nº 296.

DEPUTADO EUCLYDES DE MELLO — Rejeição da Medida Provisória nº 296/91. Refutando acusações de órgãos da Imprensa, a respeito de recursos usados por

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

PASSOS PÓRTO

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor Executivo

CARLOS HOMERO VIEIRA NINA

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 3.519,65

Tiragem 2.200 exemplares.

delegação de parlamentares que foram à República Popular da China.

DEPUTADO VICTOR FACCIONI — Consequências da não-aprovação da Medida Provisória nº 296/91. Críticas à proposta de decreto legislativo que determinará a devolução de salários já recebidos por funcionários públicos, em virtude da anterioridade da Medida Provisória nº 296/91.

DEPUTADO FÁBIO MEIRELLES — Rompimento de acordo firmado entre as lideranças partidárias para a votação da Medida Provisória nº 296/91.

DEPUTADO FRANCISCO DORNELLES — Análise do art. 16 da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

DEPUTADO GASTONE RIGHI — Colocações ao discurso do Sr. Victor Faccioni, pronunciado na presente sessão. Adoção de uma disciplina legal e processual nos trabalhos das Casas e nas sessões do Congresso Nacional.

SR. PRESIDENTE — Esclarecimentos a tópicos do discurso do Sr. Gastone Righi.

DEPUTADO NELSON JOBIM — Alusões ao discurso pronunciado pelo Sr. Victor Faccioni na presente sessão.

DEPUTADO JOSÉ GENOÍNO — Observações críticas sobre a posição adotada pelo Congresso Nacional na votação da Medida Provisória nº 296/91.

DEPUTADO FAUSTO ROCHA — Denúncia publicada no *Jornal de Brasília* sobre piquetes de grevistas, impedindo atendimento médico e cirúrgico em hospital público.

DEPUTADO MARCELINO ROMANO — Reflexão sobre a rejeição da Medida Provisória nº 296/91.

DEPUTADO JOSÉ GENOÍNO — Usando do direito regimental de responder ao Sr. Fausto Rocha, por citação de seu nome em discurso proferido na presente sessão.

2.2.2 — Requerimentos

— Nº 609/91-CN, de autoria do Deputado Ricardo Fiúza e outros, solicitando urgência para a apreciação do Projeto de Lei nº 5/91-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao orçamento da União crédito especial até o limite de Cr\$18.350.532.000,00, para os fins que especifica. **Aprovado.**

2.3 — ORDEM DO DIA

Veto total apostado ao Projeto de Conversão nº 63, de 1990, que dispõe sobre a garantia de salário efetivo e dá outras providências. **Mantido o veto.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 97, de 1989 (nº 3.683/89, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. **Mantido o veto** ao § 2º do art. 5º, ficando os demais com a apreciação sobrestada.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 50, de 1990, que dispõe sobre a organização e custeio da Seguridade Social e altera a legislação de benefícios da Previdência Social. **Apreciação sobrestada.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 1990 (nº 3.101/90, na origem), que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio, e dá outras providências. **Apreciação sobrestada.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 176, de 1989 (nº 4.086/89, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a Política Agrícola. **Apreciação sobrestada.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1990 (nº 3.099/89, na origem), que dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social, suas definições, princípios e diretrizes, determina competências gerais em cada esfera de governo, benefícios e serviços, fontes de financiamento, e dá outras providências. **Apreciação sobrestada.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração pública federal e dá outras providências. **Apreciação sobrestada.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 19, de 1990-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1991. **Apreciação sobrestada.**

2.3.1 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

2.4 — ENCERRAMENTO

Ata da 3ª Reunião Conjunta, em 27 de junho de 1991

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência do Sr. Mauro Benevides

ÀS 9 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Affonso Camargo — Alexandre Costa — Aluizio Bezerra — Amazonino Mendes — Amir Lando — Antônio Mariz — Chagas Rodrigues — Cid Sabóia de Carvalho — Coutinho Jorge — Dario Pereira — Dirceu Carneiro — Divaldo Suruagy — Eduardo Suplicy — Elcio Álvares — Esperidião Amin — Eptácio Cafeteira — Francisco Rollemberg — Garibaldi Alves — Gerson Camata — Guilherme Palmeira — Henrique Almeida — Hugo Napoleão — Humberto Lucena — Hydekel Freitas — Irapuan Costa Júnior — João Calmon — João França — João Rocha — Jonas Pinheiro — Josaphat Marinho — José Eduardo — José Fogaca — José Paulo Bisol — José Richa — José Sarney — Júlio Campos — Júnia Marise — Jutahy Magalhães — Lavoisier Maia — Levy Dias — Lourenberg Nunes Rocha — Lourival Baptista — Lucídio Portella — Magno Bacelar — Mansueto de Lavor — Marco Maciel — Mário Covas — Marluce Pinto — Maurício Corrêa — Mauro Benevides — Meira Filho — Moisés Abrão — Nabor Júnior — Nelson Carneiro — Nelson Wedekin — Odacir Soares — Oziel Carneiro — Pedro Simon — Rachid Saldanha Derzi — Raimundo Lira — Ronaldo Aragão — Ronan Tito — Ruy Bacelar — Teotônio Vilela Filho — Valmir Campelo — Wilson Martins.

E OS SRS. DEPUTADOS

Roraima

Alceste Almeida — PTB; Francisco Rodrigues — PTB; Júlio Cabral — PTB; Marcelo Luz — PDS; Rubem Bento — Bloco; Teresa Jucá — PDS.

Amapá

Aroldo Góes — PDT; Eraldo Trindade — Bloco; Fátima Pelaes — Bloco; Lourival Freitas — PT; Murilo Pinheiro — Bloco; Sérgio Barcellos — Bloco; Valdenor Guedes — PTB.

Pará

Domingos Juvenil — PMDB; Eliel Rodrigues — PMDB; Giovanni Queiroz — PDT; Mario Martins — PMDB; Nicias Ribeiro — PMDB; Paulo Rocha — PT; Paulo Titan — PMDB; Socorro Gomes — PC do B; Valdir Ganzer — PT.

Amazonas

Beth Ázize — PDT; Eduardo Braga — PDC; Ézio Ferreira — Bloco; José Dutra — PMDB; Pauderney Avelino — PDC; Ricardo Moraes — PT.

Rondônia

Carlos Camurça — PTR; Edison Fidelis — PTB; Jabes Rabelo — PTB; Pascoal Novaes — PTR.*

Acre

Adelaide Neri — PMDB; Francisco Diógenes — PDS; João Maia — PMDB; João Tota — PDS; Zila Bezerra — PMDB.

Tocantins

Derval de Paiva — PMDB; Eduardo Siqueira Campos — PDC; Freire Júnior — Bloco; Hagus Araujo — PMDB; Leomar Quintanilha — PDC.

Maranhão

Cesar Bandeira — Bloco; Cid Carvalho — PMDB; Costa Ferreira — Bloco; Daniel Silva — Bloco; Eduardo Matias — PDC; Francisco Coelho — PDC; Haroldo Sabóia — PDT.

Bahia

Jairo Azi — PDC; Waldir Pires — PDT.

Minas Gerais

Genésio Bernardino — PMDB.

São Paulo

Irma Passoni — PT.

Distrito Federal

Augusto Carvalho — PCB; Chico Vigilante — PT; Maria Laura — PT; Sigmaríngá Seixas — PSDB.

Goiás

Antonio Faleiros — PSDB; Lazaro Barbosa — PMDB; Luiz Soyer — PMDB; Paulo Mandarino — PDC; Pedro Abrão — PMDB; Ronaldo Caiado — S/P.

Paraná

Antônio Barbara — Bloco; Antônio Ueno — Bloco; Basílio Villani — Bloco; Carlos Scarpelini — PMDB; Delcino Tavares — PMDB; Edésio Passos — PT; Élio Dalla-Vecchia — PDT; Flávio Arns — PSDB; Ivanio Guerra — Bloco; Joni Varisco — PMDB; Luciano Pizzatto — Bloco; Luiz Carlos Hauly — PMDB; Matheus Jensen — PTB; Max Rosenmann — Bloco; Munhoz da Rocha — PSDB; Otto Cunha — Bloco; Paulo Bernardo — PT; Pedro Tonelli — PT; Reinhold Stephanes — Bloco; Renato Johnsson — Bloco; Romero Filho — PMDB; Rubens Bueno — PSDB; Said Ferreira — PMDB; Werner Wanderer — Bloco; Wilson Moreira — PSDB;

Santa Catarina

Ângela Amin — PDS; César Souza — Bloco; Dejandir Dalpasquale — PMDB; Eduardo Moreira — PMDB; Hugo Biehl — PDS; Jarvis Gaidzinski — PL; Luci Choinacki — PT; Nelson Morro — Bloco; Neuto de Conto — PMDB; Olando Pacheco — Bloco; Vasco Furlan — PDS.

Rio Grande do Sul

Adão Pretto — PT; Adroaldo Streck — PSDB; Adylson Motta — PDS; Antônio Britto — PMDB; Arno Magarinos — Bloco; Carlos Cardinal — PDT; Carrion Júnior — PDT; Celso Bernardi — PDS; Eden Pedrosa — PDT; Fernando Carrion — PDS; Fetter Júnior — PDS; Germano Rigotto — PMDB; Ibsen Pinheiro — PMDB; Jorge Uequed — PSDB; José Fortunati — PT; Nelson Jobim — PMDB; Odacir Klein

— PMDB; Osvaldo Bender — PDS; Paulo Paim — PT; Valdomiro Lima — PDT; Victor Faccioni — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Sendo visível a falta de **quorum** para a abertura da sessão e para a continuidade dos trabalhos, a sessão não poderá ser realizada, porque

já fluíu o prazo previsto para a primeira sessão, que seria de 30 minutos, conforme o § 1º do art. 29 do Regimento.

Em razão disso, convoco sessão conjunta para as 10 horas. Está encerrada a reunião.

(*Levanta-se a reunião às 9 horas e 30 minutos.*)

Ata da 42ª Sessão Conjunta, em 27 de junho de 1991

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência dos Srs. Mauro Benevides e Rachid Saldanha Derzi

ÀS 10 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Affonso Camargo — Alexandre Costa — Alufzio Bezerra — Amazonino Mendes — Amir Lando — Antonio Mariz — Chagas Rodrigues — Cid Sabóia de Carvalho — Coutinho Jorge — Dario Pereira — Dirceu Carneiro — Divaldo Suruagy — Eduardo Suplicy — Elcio Álvares — Esperidião Amim — Epitácio Cafeteira — Francisco Rollemberg — Garibaldi Alves — Gerson Camata — Guilherme Palmeira — Henrique Almeida — Hugo Napoleão — Humberto Lucena — Hydekel Freitas — Irapuan Costa Júnior — João Calmon — João França — João Rocha — Jonas Pinheiro — Josaphat Marinho — José Eduardo — José Fogaça — José Paulo Bisol — José Richa — José Sarney — Júlio Campos — Júnia Marize — Jutahy Magalhães — Lavoisier Maia — Levy Dias — Lourenberg Nunes Rocha — Lourival Baptista — Lucídio Portella — Magno Bacelar — Mansueto de Lavor — Marco Maciel — Mário Covas — Marluce Pinto — Maurício Corrêa — Mauro Benevides — Meira Filho — Moisés Abrão — Nabor Júnior — Nelson Carneiro — Nelson Wedekin — Odacir Soares — Oziel Carneiro — Pedro Simon — Rachid Saldanha Derzi — Raimundo Lira — Ronaldo Aragão — Ronan Tito — Ruy Bacelar — Teotônio Vilela Filho — Valmir Campelo — Wilson Martins.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Roraima

Alceste Almeida — PTB; Francisco Rodrigues — PTB; Júlio Cabral — PTB; Marcelo Luz — PDS; Rubem Bento — Bloco; Teresa Iucá — PDS.

Amapá

Aroldo Góes — PDT; Eraldo Trindade — Bloco; Fátima Pelaes — Bloco; Lourival Freitas — PT; Murilo Pinheiro — Bloco; Sérgio Barcellos — BLoco; Valdenor Guedes — PTB.

Pará

Domingos Juvenil — PMDB; Eliel Rodrigues — PMDB; Giovanni Queiroz — PDT; Mario Martins — PMDB; Nícias Ribeiro — PMDB; Paulo Rocha — PT; Paulo Titan — PMDB; Socorro Gomes — PC do B; Valdir Ganzer — PT.

Amazonas

Beth Azize — PDT; Eduardo Braga — PDC; Ézio Ferreira — Bloco; José Dutra — PMDB; Pauderney Avelino — PDC; Ricardo Moraes — PT.

Rondônia

Carlos Camurça — PTR; Edison Fidelis — PTB; Jabes Rabelo — PTB; Pascoal Novaes — PTR.

Acre

Adelaide Neri — PMDB; Francisco Diógenes — PDS; João Maia — PMDB; João Tota — PDS; Zila Bezerra — PMDB.

Tocantins

Derval de Paiva — PMDB; Eduardo Siqueira Campos — PDC; Freire Júnior — Bloco; Hagahus Araújo — PMDB; Leomar Quintanilha — PDC.

Maranhão

Cesar Bandeira — Bloco; Cid Carvalho — PMDB; Costa Ferreira — BLoco; Daniel Silva — Bloco; Eduardo Matias — PDC; Francisco Coelho — PDC; Haroldo Sabóia — PDT; João Rodolfo — PDS; José Burnett — Bloco; José Carlos Sabóia — PSB; Nan Souza — Bloco; Paulo Marinho — Bloco; Roseana Sarney — Bloco.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio dos Santos — Bloco; Ariosto Holanda — PSB; Gonzaga Mota — PMDB; Jackson Pereira — PSDB; José Linhares — PSDB; Luiz Girão — PDT; Luiz Pontes — PSDB; Marco Penaforte — PSDB; Maria Luiza Fontenele — PSB; Orlando Bezerra — Bloco; Sérgio Machado — PSDB; Ubiratan Aguiar — PMDB; Vicente Fialho — Bloco.

Piauí

B. Sá — PDS; Caldas Rodrigues — Bloco; Ciro Nogueira — Bloco; Felipe Mendes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Murilo Rezende — PMDB; Paulo Silva — PSDB.

Rio Grande do Norte

Fernando Freire — Bloco; Flávio Rocha — Bloco; Henrique Eduardo Alves — PMDB; João Faustino — PSDB; Ney Lopes — Bloco.

Paraíba

Adauto Pereira — Bloco; Edivaldo Motta — PMDB; Efraim Moraes — Bloco; Evaldo Gonçalves — Bloco; Ivandro Cunha Lima — PMDB; José Luiz Clerot — PMDB; Rivaldo Medeiros — Bloco; Vital do Rego — PDT.

Pernambuco

Álvaro Ribeiro — PSB; Fernando Bezerra Coelho — PMDB; Gustavo Krause — Bloco; José Moura — Bloco; Luiz Piauhyllino — PSB; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Mavíael Cavalcanti — Bloco; Nilson Gibson — PMDB; Renildo Calheiros — PC do B; Ricardo Fiúza — Bloco; Roberto Franca — PSB; Roberto Freire — PCB; Roberto Magalhães — Bloco; Salatiel Carvalho — Bloco; Sérgio Guerra — PSB; Tony Gel — Bloco.

Alagoas

Augusto Farias — Bloco; José Thomaz Nono — Bloco; Olavo Calheiros — S/P; Roberto Torres — PTB; Vitorio Malta — Bloco.

Sergipe

Benedito de Figueiredo — Bloco; Cleonânio Fonseca — Bloco; Everaldo de Oliveira — Bloco; Jerônimo Reis — Bloco; José Teles — PDS; Pedro Valadares — Bloco.

Bahia

Alcides Modesto — PT; Ângelo Magalhães — Bloco; Beraldo Boaventura — PDT; Clóvis Assis — PDT; Eraldo Tinoco — Bloco; Genebaldo Correia — PMDB; Haroldo Lima — PC do B; Jakes Ribeiro — PSDB; Jairo Azi — PDC; Jario Carneiro — Bloco; Jaques Wagner — PT; Jorge Khoury — Bloco; José Carlos Aleluia — Bloco; José Falcão — Bloco; Jutahy Júnior — PSDB; Leur Lomanto — Bloco; Luís Eduardo — Bloco; Luiz Moreira — PTB; Manoel Castro — Bloco; Nestor Duarte — PMDB; Pedro Irujo — Bloco; Prisco Viana — PMDB; Sérgio Gaudenzi — PDT; Uldurico Pinto — PSB; Waldir Pires — PDT.

Minas Gerais

Aloisio Vasconcelos — PMDB; Annibal Teixeira — PTB; Armando Costa — PMDB; Avelino Costa — PL; Camilo Machado — Bloco; Célio de Castro — PSB; Edmar Moreira — Bloco; Genésio Bernardino — PMDB; Getúlio Neiva — Bloco; Irani Barbosa — PL; Israel Pinheiro — PRS; João Rosa — PMDB; José Belato — PMDB; José Geraldo — PMDB; José Ulisses de Oliveira — PRS; Leopoldo Bessone — PMDB; Luiz Tadeu Leite — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário de Oliveira — Bloco; Maurício Campos — PL; Neif Jabur — PMDB; Nilmário Miranda — PT; Odelmo Leão — Bloco; Osmânio Pereira — PSDB; Paulino Cícero de Vasconcelos — PSDB; Paulo Delgado — PT; Paulo Heslander — PTB; Romel Anísio — Bloco; Ronaldo Perim — PMDB; Samir Tannús — PDC; Sandra Starling — PT; Saulo Coelho — PSDB; Vittorio Mediolí — PSDB; Wagner do Nascimento — PTB; Zaire Rezende — PMDB.

Espírito Santo

Aloizio Santos — PMDB; Etevalda Grassi de Menezes — PMDB; João Baptista Motta — PSDB; Nilton Baiano — PMDB; Paulo Hartung — PSDB; Rita Camata — PMDB; Roberto Valadão — PMDB.

Rio de Janeiro

Aldir Cabral — PTB; Arolde de Oliveira — Bloco; Artur da Távola — PSDB; Benedita da Silva — PT; Carlos Lupi — PDT; César Maia — PMDB; Cidinha Campos — PDT; Eduardo Mascarenhas — PDT; Fábio Raunheitti — PTB; Flávio Palmier da Veiga — Bloco; Francisco Silva — PDC;

Jair Bolsonaro — PDC; Jamil Haddad — PSB; Jandira Feghali — PC do B; José Carlos Coutinho — PDT; Junot Abi-Ramia — PDT; Laerte Bastos — PDT; Márcia Cibilis Viana — PDT; Marino Clinger — PDT; Miro Teixeira — PDT; Nelson Bornier — PL; Paulo Ramos — PDT; Regina Gordilho — PDT; Roberto Campos — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Rubem Medina — Bloco; Sandra Cavalcanti — Bloco; Sérgio Arouca — PCB; Sérgio Cury — PDT; Sidney de Miguel — PDT; Simão Sessim — Bloco; Vladimir Palmeira — PT; Wanda Reis — PMDB.

São Paulo

Alberto Goldman — PMDB; Aldo Rebelo — PC do B; Aloizio Mercadante — PT; André Benassi — PSDB; Antônio Carlos Mendes Thame — PSDB; Arnaldo Faria de Sá — Bloco; Ary Kara — PMDB; Beto Mansur — PDT; Cardoso Alves — PTB; Diogo Nomura — PL; Eduardo Jorge — PT; Ernesto Gradella — PT; Euclydes Mello — Bloco; Fabio Meirelles — PDS; Fausto Rocha — Bloco; Florestan Fernandes — PT; Gastone Righi — PTB; Geraldo Alckmin Filho — PSDB; Heitor Franco — PDS; Hélio Bicudo — PT; Hélio Rosas — PMDB; Irma Passoni — PT; Jorge Tadeu Mudalen — PMDB; José Cicote — PT; José Dirceu — PT; José Genoíno — PT; José Maria Eymael — PDC; Jurandyr Paixão — PMDB; Koyu Iha — PSDB; Liberato Caboclo — PDT; Luiz Carlos Santos — PMDB; Luiz Gushiken — PT; Magalhães Teixeira — PSDB; Manoel Moreira — PMDB; Marcelino Romano Machado — PDS; Marcelo Barbieri — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Nelson Marquezelli — PTB; Osvaldo Stecca — PSDB; Ricardo Izar — PL; Roberto Rollemberg — PMDB; Solon Borges dos Reis — PTB; Tidei de Lima — PMDB; Tuga Angerami — PSDB; Ulysses Guimarães — PMDB; Vadão Gomes — Bloco; Walter Nory — PMDB.

Mato Grosso

Augustinho Freitas — PTB; João Teixeira — Bloco; José Augusto Curvo — PL; Rodrigues Palma — PTB; Wellington Fagundes — PL.

Distrito Federal

Augusto Carvalho — PCB; Chico Vigilante — PT; Maria Laura — PT; Sigmaringa Seixas — PSDB.

Goias

Antonio Faleiros — PSDB; Lázaro Barbosa — PMDB; Luiz Soyer — PMDB; Paulo Mandarino — PDC; Pedro Abrão — PMDB; Ronaldo Caiado — S/P.

Paraná

Antônio Barbara — Bloco; Antônio Ueno — Bloco; Basilio Villani — Bloco; Carlos Scarpelini — PMDB; Delcino Tavares — PMDB; Edésio Passos — PT; Élio Dalla-Vecchia — PDT; Flávio Arns — PSDB; Ivanio Guerra — Bloco; Joni Varisco — PMDB; Luciano Pizzatto — Bloco; Luiz Carlos Hauly — PMDB; Matheus Iensen — PTB; Max Rosenmann — Bloco; Munhoz da Rocha — PSDB; Otto Cunha — Bloco; Paulo Bernardo — PT; Pedro Tonelli — PT; Reinhold Stephanes — Bloco; Renato Johnsson — Bloco; Romero Filho — PMDB; Rubens Bueno — PSDB; Said Ferreira — PMDB; Werner Wanderer — Bloco; Wilson Moreira — PSDB;

Santa Catarina

Ângela Amin — PDS; César Souza — Bloco; Dejandir Dalpasquale — PMDB; Eduardo Moreira — PMDB; Hugo

Biehl — PDS; Jarvis Gaidzinski — PL; Luci Choinacki — PT; Nelson Morro — Bloco; Neuto de Conto — PMDB; Orlando Pacheco — Bloco; Vasco Furlan — PDS.

Rio Grande do Sul

Adão Pretto — PT; Adroaldo Streck — PSDB; Adylson Motta — PDS; Antônio Britto — PMDB; Arno Magarinos — Bloco; Carlos Cardinal — PDT; Carrion Júnior — PDT; Celso Bernardi — PDS; Eden Pedroso — PDT; Fernando Carrion — PDS; Fetter Júnior — PDS; Germano Rigotto — PMDB; Ibsen Pinheiro — PMDB; Jorge Uequed — PSDB; José Fortunati — PT; Nelson Jobim — PMDB; Odacir Klein — PMDB; Osvaldo Bender — PDS; Paulo Paim — PT; Valdomiro Lima — PDT; Victor Faccioni — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — As listas de presença acusam o comparecimento de 66 Senhores Senadores e 335 Senhores Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de Breves Comunicações.

Antes de conceder a palavra ao primeiro orador inscrito, a Mesa conclama os Srs. Deputados e Senadores a se encaminharem ao plenário. Vão ser processadas algumas votações na manhã de hoje, nesta sessão, já que a anterior, convocada para às 9 horas, não se realizou pela inexistência de **quorum** até para a abertura dos trabalhos.

A Presidência aproveita o ensejo para solicitar, de forma empenhada, a todos os Srs. Congressistas que permaneçam em Brasília neste final de semana. É um apelo da Presidência feita reiterativamente, já que através de mensagem enviada a todos os Srs. Deputados e Senadores transmitia veementemente esse apelo no sentido de garantir **quorum** para a apreciação de importantes matérias no âmbito do Congresso Nacional. Entre essas matérias constam decretos, abertura de créditos suplementares, lei de diretrizes orçamentárias, enfim, um elenco de proposições exigindo do Congresso brasileiro a presença de seus representantes, independentemente da circunstância de termos de trabalhar no sábado e no domingo. Reitero este apelo, neste instante, aos Parlamentares que se acham presentes e àqueles que nos seus gabinetes escutam o desenrolar dos trabalhos, entregues aos mistérios parlamentares.

Esperamos que os Srs. Deputados e Senadores cancelem as viagens que porventura tenham sido programadas para os respectivos estados e garantam suas presenças em Brasília, nesta sessão de agora. Dou conhecimento dos Srs. Congressistas, de que há outra reunião convocada para às 19h. No período da tarde o Presidente Ibsen Pinheiro fará realizar a sessão ordinária da Câmara dos Deputados, que, segundo o compromisso de S. Ex^a, não ultrapassará as 19h, possibilitando a realização da sessão do Congresso. Concomitante a sessão da Câmara dos Deputados será realizada sessão do Senado Federal.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o período de Breves Comunicações, Deputado Wilson Campos.

O SR. WILSON CAMPOS (PMDB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. e Srs. Congressistas, esta Casa, ontem, não confundiu a Nação, como foi dito hoje num programa de televisão por um ministro de estado. Viemos para cá conscientes, principalmente o PMDB, que é o partido majoritário nesta Casa.

O Governo, por um artifício, conseguiu o que queria, porque já se sabia que não iria cumprir sua palavra, haja visto que tentou diversas manobras dentro desta Casa. Por incrível que pareça, vimos que, depois de ser solicitado um adiamento para que hoje pudéssemos discutir a Medida Provisória nº 296, isso já era um artifício para que nós, da Oposição, nos confundíssemos. Aquilo foi feito no sentido de que o Governo pudesse ter no seu caixa, durante sessenta dias, o que chamamos de rombo financeiro. Estamos aqui como crianças, pois não sabemos o que queremos. É preciso que voltemos aos tempos de antigamente, para darmos uma lição a este Governo. Se necessário, Sr. Presidente, isso se fará até se o Congresso se autoconvocar, para decidir. Mesmo que a nós não interesse ajuda de custo, teremos de fazer valer a nossa presença no Congresso, porque temos compromisso com o povo brasileiro, e jamais com este Governo que aí está.

O Governo conseguiu, sim enganar mais uma vez. Confiscou a vontade do Congresso Nacional e do povo, porque queríamos decidir. E hoje, o que é que se diz? Que talvez, e mentirosamente, através da derrota que o Governo sofreu nesta Casa, por mais de duzentos votos, os funcionários que já receberam anteriormente não fossem mais receber o que lhes é devido. Estamos aqui e queremos ser contestados. Onde já se viu baixar salário, aquilo que é direito adquirido e conseguido através de medida proposta pelo Governo?

O Congresso Nacional tem de se afirmar diante da população brasileira, principalmente da classe trabalhadora. Vamos talvez sair desta Casa até domingo — e Deus sabe como — sem um novo salário mínimo, sem uma lei do inquilinato. Vamos sair desta Casa para voltar de costas para nossos estados, e vamos ser cobrados por isso. Seria melhor que decidíssemos nos autoconvocar e ficar para o sacrifício, mas jamais para a mentira que o Governo quer impor ao País.

Portanto, Sr. Presidente aqui fica o meu protesto, o protesto de um homem do Nordeste, que sofre em nome do seu povo. Não venho aqui mentir nem fazer demagogia. Não sofro pessoalmente, mas sofro em nome do povo que me mandou para a Câmara dos Deputados pela quarta vez.

É preciso que este Congresso, que todos os partidos que não dão sustentação ao Governo dêem uma lição neste Governo, porque ele não merece sustentação. Quer obter apoio através de manobras que desmoralizam em primeiro lugar ele próprio, porque vem com fantasia, como se aqui fosse um circo, mas o circo está instalado no Palácio do Planalto, onde ninguém se entende. Vejam quantos Ministros já foram substituídos. E o Presidente da República dizia anteriormente que nenhum daqueles convocados seria substituído. É falta de capacidade dos Ministros? Não. É falta de capacidade do Presidente da República, que não estava à altura de governar este País. Mas, estamos certos de que foi a vontade do povo. Teremos que defender o Governo para que ele continue governando, mas que não falte com o respeito para com esta Casa e para com o povo brasileiro.

Ficam registrados o meu inconformismo e o meu protesto, em nome daqueles que, no Nordeste, principalmente, continuam sofrendo e passando fome.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Eduardo Jorge.

O SR. EDUARDO JORGE (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, quero ler a

moção da bancada federal do PT em solidariedade à nossa Prefeita de São Paulo, Luiza Erundina.

“A bancada do PT manifesta sua inteira solidariedade à prefeita Luiza Erundina em face da sistemática perseguição política que vem caracterizando as ações do Tribunal de Contas do Município com relação à prefeitura dessa capital. A rejeição das contas da prefeitura desfez qualquer dúvida quanto à parcialidade e ao pré-julgamento por ministros do Tribunal de Contas do Município. Os aspectos meramente formais apontados pelo TCM para rejeitar as contas da prefeitura, além de não conter substância capaz de invalidá-los, são idênticos a outros verificados nos últimos 15 anos, sem que nenhum deles tenha sido rejeitado pelo mesmo tribunal. Surpreende tal atitude do TCM exatamente no momento em que a administração municipal de São Paulo oferece ao País exemplo significativo de transparência e probidade no trato da coisa pública, fato reconhecido pelos munícipes paulistanos e por amplos segmentos da opinião pública nacional. Guardiã que é da lisura das contas do município, o Tribunal de Contas tem — ao nosso ver — outro compromisso indeclinável com a imparcialidade e a Justiça. Brasília, 27 de junho de 1991.”

Durante o discurso do Sr. Eduardo Jorge, o Sr. Mauro Benevides, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Rachid Saldanha Derzi, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Gerson Peres.

O SR. GERSON PERES (PDS — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, quisera eu ter o dom do convencimento, pelas palavras, coisas que se passam conosco neste Congresso.

Ontem, o Congresso Nacional degradou-se perante a opinião pública, levado pela emoção, pelo passionalismo político, pelo confronto desnecessário com o Presidente da República e por uma galeria abaixo da minoria brasileira a gritar contra eles mesmos, a pedir contra eles mesmos. E, aos gritos, fizeram os congressistas levantarem as mãos, como se estivéssemos defendendo uma grande causa ou derrubando um crime contra a Nação. Lembrei-me até dos tempos da Constituinte, quando conseguimos algumas vitórias, alguns avanços com os quais todos nos regozijávamos. Mas, ontem, o regozijo foi fúnebre, porque o Congresso Nacional não mostrou bom senso, lucidez nem equilíbrio. E, para confrontar-se com o Presidente da República, deixou os trabalhadores penando por mais alguns meses, sem salário nenhum, porque vão ter dificuldades para receber seus atrasados e, ainda, de esperar a nossa decisão, que vai regulamentar os efeitos decorrentes da Medida Provisória nº 296.

Sr. Presidente, quem abrir os jornais de hoje, do Brasil inteiro, verá que a imprensa está publicando a verdade, retratando um fato. “Funcionários públicos vão ficar sem seus salários.” E quem é o culpado disso? Somos nós que, com a vaidade das vaidades, querendo derrubar o Presidente Collor — a quem não estou defendendo e com quem não tenho compromissos políticos — prejudicamos milhares de funcionários. Faltamos com o respeito para com os funcionários; deixamo-nos seduzir pelo grito, já até ridículo, que se dá no Congresso Nacional. Precisamos acabar com esta série de molecagens que se pratica no cenáculo mais importante deste País, que é o Congresso Nacional, onde se joga dinheiro em deputado, onde se cospe em deputado, onde se gritam

pornografias ou pornofonias, das galerias, contra os deputados.

Está na hora de termos coragem de enfrentar essa molecagem toda e tratarmos de votar, sem pressões, matérias da mais alta relevância para esses pobres funcionários que ficarão sem receber seus salários.

E não foram aqueles que derrubaram a Medida Provisória nº 296 que saíram vitoriosos. Eles deram a vitória ao Presidente Fernando Collor. O Governo vai para a televisão e diz aos repórteres: O problema agora é do Congresso Nacional; ele que regulamente a questão.

Porém, constitucionalmente, o Congresso não tem competência privativa ou exclusiva para legislar sobre matéria pertinente a aumento de salário. Se o Governo está errado em mandar uma mensagem que não satifaz aos interesses daqueles que defendem os funcionários públicos, estes deveriam ter mais lucidez ao contestar a medida e procurar uma oportunidade melhor para buscar um pouco mais além do que estava sendo dado. Aprovaríamos a Medida Provisória nº 296 e na de nº 297 poderíamos buscar, através da pressão, outras providências para melhorar a situação do funcionário. Mas não. O radicalismo, o passionalismo político, a falta de bom senso, de lucidez, fizeram com que, sob a égide de afirmação do Congresso Nacional — “Temos de derrubar tudo” — a Medida Provisória nº 296 fosse rejeitada. E agora, quem vai repor o salário do funcionário público, o pouco que o Governo estava dando na Medida Provisória nº 296? Aqueles que votaram por sua derrubada, aqueles que levantaram os braços, glorificando-se de um ato injusto, sem lucidez?

O Sr. Deputado Aloisio Vasconcelos — Foi o Líder do Governo que retirou o acordo.

O SR. GERSON PERES — Não sou Líder do Governo, estou analisando nosso comportamento. Ontem, fomos nós que aplicamos uma dose maior de descrédito do Congresso Nacional perante os funcionários públicos. E o PMDB, querendo fazer fofoca com o Governo, desejoso de mostrar força eleitoral, prejudicou-se muito, ontem, perante o eleitorado dos funcionários públicos, porque esse partido foi o responsável maior pela derrubada das vantagens que essa medida dava aos funcionários.

Não critico o PT, nem o PDT, que têm uma posição bem clara, bem definida com relação ao Governo. Mas o PMDB não tem, o PMDB votou pela admissibilidade para depois rejeitar a medida. Não entendo esse tipo de procedimento, Sr. Presidente, e estou fazendo uma crítica construtiva ao Congresso Nacional, de que faço parte, porque a revolta, o desgosto que invade hoje o coração e a alma de milhões de funcionários públicos do Brasil também me atinge. Quando a maioria decide, é o Congresso Nacional que decide. E, sendo eu congressista, sou co-participante dessa decisão.

Com essas considerações, Sr. Presidente, numa análise despretensiosa, não pretendo melindrar os radicais. Sei que alguns deles já se apressam a ocupar o microfone para defender o impossível. Entretanto, ninguém vai conseguir explicar ao País por que tiramos o salário já assegurado ao funcionário público.

Se quiséssemos um confronto com o Governo, nós teríamos outra oportunidade e outro tipo de estratégia para derrubá-lo, mas não prejudicando os funcionários públicos e aqueles outros que iriam beneficiar-se com a medida, como professores universitários docentes. Mas, se interessa o caos, se interessa o pior, o Congresso Nacional ontem votou pelo pior.

Essa é a grande verdade. E a verdade, Sr. Presidente, não é um favor que se faz quando se diz, mas um dever que se cumpre diante de Deus e da sociedade.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Com a palavra o nobre Deputado Aloisio Vasconcelos.

O SR. ALOISIO VASCONCELOS (PMDB — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, eu me havia inscrito para falar sobre os novos tempos da política de Minas Gerais, sobre a união de todos os mineiros acima dos partidos, acima das legendas, acima dos interesses classistas, pensando no melhor para nosso estado e sua gente. Fizemos ontem uma reunião suprapartidária com cerca de cinquenta parlamentares. E é importante repetir o número, cinquenta parlamentares. Todos comparecemos a um jantar, capitaneados pelo Governador de Minas Gerais, o Dr. Hélio Garcia, com a determinação de que o estado passe a ter uma postura política à altura das suas tradições, reivindicando junto à área federal como segundo PIB do País, como segunda população e como a segunda bancada no Congresso Nacional. Foi uma manifestação de união quanto aos novos moldes da política mineira. A liderança do nosso estado volta a florir, o que nos anima a continuar trabalhando pelo nosso povo, pela nossa gente.

Entretanto, Sr. Presidente, vou aproveitar os dois minutos finais do meu pronunciamento, que é de alegria pela união dos mineiros, de satisfação pelos novos tempos, para dizer ao Deputado Gerson Peres que aprendemos a respeitar desde os tempos da Assembléia Nacional Constituinte, que a democracia é a vontade da maioria, e na maioria esmagadora de ontem estavam os representantes de todos os partidos. Contudo, S. Ex^a aqui vem destilar o seu ódio, a sua raiva ou a sua inveja só contra o PMDB. Ele, sim, está fazendo média, da tribuna, com o Ministro Jarbas Passarinho.

O PMDB não precisa fazer média com ninguém. O PMDB tem uma história de fefesa do funcionário, de defesa da instituição e de defesa desta Casa, acima de tudo. O Legislativo não é um poder que vai se ajoelhar. O Legislativo, ontem, tinha traçado o esquema para o acordo; iríamos fazer acordo. O Líder do PMDB, Deputado Genebaldo Correia, nos orientou a votar pelo acordo.

Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, foi o Governo, naquela tribuna, através da sua liderança, que disse que não sustentava o acordo, que não podia manter os termos do acordo, levando o próprio Deputado Ricardo Fiúza, do PFL, a uma situação de constrangimento. Ora, como o Congresso poderia votar após o Governo ter rompido o acordo? Não interessa que a imprensa venha dizer que o Congresso prejudicou o funcionalismo. Não, o Congresso votou democraticamente, no caminho que a consciência cívica indicava.

As soluções técnicas virão. A Presidência da República pode editar uma nova medida provisória, pode-se negociar a Medida Provisória nº 297, pode-se, inclusive, estudar uma alternativa, que seria a proposta do Deputado Ricardo Fiúza. O que não se permite, Sr. Presidente, é fazer média com a imprensa. Setores da imprensa, agora, vão dizer que o Congresso Nacional deixou de dar aumento ao funcionalismo. Na verdade, tratava-se de um aumento para parte do funcionalismo, e o acordo, que atingia 92% do funcionalismo, foi rompido pelo Governo.

Foi o Governo que votou contra o acordo, foi o Governo que incitou o Congresso a votar contra a medida provisória;

então, que agora arque com as consequências. Houve incompetência? Agüentem as consequências.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Alberto Goldman.

O Sr. ALBERTO GOLDMAN (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, na noite de ontem, com a rejeição da Medida Provisória nº 296, ficou demonstrado, infelizmente, de um lado, um jogo malicioso e maroto do Governo Federal e, de outro, a infantilidade, a imaturidade dos partidos de oposição, o nosso incluído entre eles. Na realidade, os partidos de oposição fizeram o jogo do Governo — inadvertidamente, é claro — por falta de uma análise mais profunda, por falta de amadurecimento. Ao recusar do acordo, o Líder do Governo, Deputado Humberto Souto, usou como argumento a posição de alguns partidos de oposição que não aceitavam aquele acordo proposto. Isso fez com que o próprio PMDB, até então disposto a aceitá-lo, também recusasse e se manifestasse contrariamente à Medida Provisória nº 296, já que, rompido o acordo, não havia outra coisa a fazer a não ser essa.

Na realidade, entregamos ao Governo aquilo que ele queria. Demos ao Governo folga de caixa diante do profundo desequilíbrio das contas públicas, abrimos-lhe a possibilidade de enfrentar as dificuldades do segundo semestre, notadamente em setembro, quando da devolução dos cruzados, bem como as dificuldades advindas da eliminação do congelamento e de outras medidas, questões conjunturais que estão levando a um profundo desequilíbrio financeiro o Governo Federal. Infelizmente, fizemos o jogo do Governo. E estamos hoje diante de uma situação difícil, porque estamos dependendo agora da redação de um decreto legislativo, uma figura juridicamente discutível, para convalidar o pagamento dos vencimentos do funcionalismo nos meses de maio e junho. Não temos nenhuma perspectiva para julho ou agosto. Estamos na dependência da vontade, boa ou má, do Governo Federal, em nos remeter nova medida provisória.

Estamos até reivindicando medidas provisórias para que se possa responder às necessidades do mês de julho. Não temos nada nas mãos. Jogamos fora o pouco que poderíamos ter — e reconheço que ainda era pouco.

O que houve ontem foi uma vitória de pirro. No meu entender, foi uma grande derrota, por inconsciência, por falta de maturidade. Fizemos o que o Governo queria fazer. Demos chance ao Líder do Governo, num determinado momento, de retirar a sua proposta, pela objeção de alguns partidos de oposição. Para S. Ex^a, sem dúvida, foi o momento adequado para dar ao Governo Federal aquela folga de caixa de que precisa. Infelizmente, isso ocorreu.

Espero que aprendamos a lição com esse episódio e tenhamos consciência de que, no âmbito do funcionalismo público, quem faz política salarial é o Governo. A responsabilidade é do Governo. O Poder Legislativo não tem papel nesse caso, a não ser o respaldo político que deve dar aos trabalhadores. O Poder Legislativo não pode pretender fazer política salarial, porque ela é de responsabilidade do Poder Executivo. Ainda não compreendemos esse fato. Espero que essa seja uma lição que nos ensine a, no futuro, não cometermos mais os erros graves cometidos no dia de ontem. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Tadeu Leite.

O SR. LUIZ TADEU LEITE (PMDB — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, trago com muita alegria o editorial de destaque do jornal **Folha de S. Paulo** de ontem, que aborda, com rara lucidez, um assunto sobre o qual temos debatido nesta Casa, referente à pretendida legalização dos cassinos no Brasil.

Fiquei muito satisfeito em ler esse editorial, que mostra, ponto por ponto, o mais grave que está por acontecer em nosso País, caso tenhamos essa pretendida legalização, que, de acordo as pesquisas, conta até com o apoio da maioria dos deputados desta Casa.

Faço questão de ler o editorial, para que fique registrado nos Anais desta Casa, a fim de que os nobres companheiros congressistas conheçam o teor da matéria e os argumentos, não meus, mas do jornal **Folha de S. Paulo**, um dos jornais mais independentes e sérios que temos em nosso País.

Sob o título “Jogo no Congresso”, está o editorial vazado nos seguintes termos:

“A disposição da maioria dos congressistas de apoiar a legalização de novas formas de jogo no Brasil, apurada em pesquisa DataFolha-Idesp, retrata um desvio que merece ser combatido com toda veemência e inflexibilidade. As justificativas a favor da liberação dos cassinos são conhecidas: segundo seus defensores, a medida geraria empregos, ajudaria a incrementar o turismo e constituiria uma fonte adicional de receita para o Tesouro Nacional.

São argumentos falaciosos, seja sob a ótica das exigências mais urgentes da realidade brasileira, seja porque desconsideram os efeitos sociais negativos que acompanham a legalização do jogo. Geração de empregos? Não é preciso muita imaginação para perceber que, num país com carências tão generalizadas, existe um número infundável de empreendimentos prioritários, capazes de criar uma quantidade bem maior de postos de trabalho e ao mesmo tempo reverter em benefícios sociais.

Já enquanto uma fonte de receita, é discutível que a renda derivada dos cassinos venha a compensar o que será gasto para prover de infra-estrutura as cidades-sede. Lembre-se que não basta instalá-la: é preciso mantê-la e isto tem um custo. Acresce que o Estado terá de arcar ainda com dispêndios permanentes de fiscalização jurídica, tributária e policial. No final, provalmente os maiores contemplados serão apenas os proprietários dos cassinos.

Se na parte econômico-financeira a providência traz um retorno duvidoso, seus prejuízos na esfera dos costumes são absolutamente incontestáveis. Estudos realizados nos países onde o jogo é legal e disseminado comprovam que a atividade é uma das coberturas preferidas para a expansão do crime organizado, do narcotráfico e da corrupção; mostram também que se o jogo pode ser um lazer para estratos de renda mais alta, tem um impacto altamente negativo nos setores mais carentes — para os quais a ilusão de riqueza fácil e instantânea geralmente cede lugar a manifestações de desespero e desajustes sociais.

Cogitar que tudo isso poderia ser contrabalançado com uma adequada supervisão do poder público é ridículo em se tratando do Brasil. O Estado hoje sequer tem condições de responder por suas atribuições mais corriqueiras. A expansão da criminalidade dá margem a estatísticas sempre mais constrangedoras; a corrupção infelizmente transformou-se em uma marca registrada nacional. Se não consegue dar conta nem das formas mais aberran-

tes de anomalias como essas, obviamente não será diante de sofisticados meios de burlar ilegalidade, típicos do jogo, que o Estado brasileiro irá conhecer algum sucesso.

Desse modo, cumpriria aos congressistas proceder a uma reflexão bem mais ponderada sobre o tema. Cabe banir o velho hábito de procurar em atalhos miraculosos e nas falsas soluções os meios de vencer os desafios do País. Cumpre aos parlamentares, enfim, concentrar os seus esforços para encontrar instrumentos capazes de desenvolver e dinamizar a produção, em vez de optarem por favorecer atividades que só fazem privilegiar a especulação.”

Sr. Presidente, é este o teor do editorial de ontem do jornal **Folha de S. Paulo**.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Com a palavra o nobre Congressista Nan Souza.

O SR. NAN SOUZA (Bloco — MA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, assistimos hoje ao “Bom Dia Brasil”, da TV Globo, sistema de TV que produz a imagem do Governo brasileiro, e lamentavelmente vimos um congressista dizer à sociedade brasileira que o Congresso é o responsável pela derrubada da Medida Provisória 296, querendo que esse ônus seja atribuído a este Parlamento.

Entendo que, mais do que nunca, o Congresso tem-se portado com muita dignidade. É a partir dele que vamos contribuir para que o País se torne institucionalizado, respeitando os canais e os mecanismos institucionais, para que se possa realmente pensar numa Nação e numa sociedade conscientes.

Ainda há pouco, alguns companheiros quiseram ressaltar esse sentimento de culpa, que, na verdade, não existe. Companheiros parlamentares, temos de criar um freio para controlar o ego de nosso Presidente, que, a cada dia e a cada hora, está se impondo como um ditador de um país com tradição democrática. Ao longo de sua história, este Congresso tem mantido erguido o princípio. Ao longo da sua história, este Congresso tem mantido erguido o princípio de relação independente entre os poderes. Mais do que nunca precisamos consolidar este princípio, porque, a partir daí, teremos seguramente consolidados os nossos direitos. O Ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, tenta até, numa dose de certo humor, dizer que o que aconteceu ontem aqui foi um gesto psicodélico do Congresso Nacional. Eu diria a S. Ex^a que não foi um gesto psicodélico, mas um gesto digno do Congresso, que se manifestou com soberania e liberdade de pensamento.

As lideranças que tentaram repassar a perspectiva de um acordo não foram também capazes de convencer os parlamentares, porque nem estes, e muito menos a sociedade brasileira, estão acreditando no que o Governo propõe. Queremos um governo que, ao respeitar o Congresso Nacional, esteja também respeitando o povo brasileiro.

Nosso pronunciamento, Sr. Presidente, é para que se extraia naturalmente uma lição do episódio de ontem, uma lição democrática e de dignidade. Precisamos a cada dia exercer este comportamento, pois só assim teremos uma nação livre e soberana, capaz de defender seus direitos. Não se pode concordar mais com discriminação e exclusão em relação ao povo brasileiro. Só poderemos retratar essa situação através de uma decisão de consciência e de responsabilidade, como aconteceu ontem.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Cicote.

O SR. JOSÉ CICOTE (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, inscrevi-me para falar sobre a questão de meio ambiente, mais especificamente sobre a Juréia. Mas, dados os fatos acontecidos ontem e os pronunciamentos feitos aqui por alguns deputados, preciso falar algumas palavras sobre a independência da Câmara dos Deputados em relação ao Executivo.

Alguns Deputados, como Gerson Peres e Alberto Goldman, fizeram uma análise do fato de os trabalhadores terem ficados sem aumentos. S. Ex^{as} jogaram a culpa em cima dos deputados, o que não é verdade. Se analisarmos a situação, veremos que a Medida Provisória 296 começou a ser votada há doze ou quinze dias, quando a bancada que dá sustentação ao Governo retirou-se para que não houvesse **quorum**. Ontem, todos ovivram, o Líder do Governo quis jogar a votação da Medida Provisória 296 para hoje. Na votação que se fez há doze dias, faltaram seis deputados para dar **quorum**; no dia seguinte, faltaram mais de sessenta. Foi uma jogada para que não houvesse **quorum** naquela negociação, como hoje não haveria.

Se a medida provisória fosse aprovada, seria um desgaste tremendo para o Congresso e para o funcionário público. Negociação se dá entre patrão e empregado, quando, como é o caso do funcionário público, há um órgão de classe que o represente e um patrão que também aceite as negociações. Mas, quando se tem um patrão ditador, que não aceita negociação, a responsabilidade cai em cima desta Casa. O acordo deve ocorrer entre o Governo e os representantes dos trabalhadores. Não aconteceu, e a responsabilidade foi atribuída ao Congresso. Isso não é verdade.

O Governo tem que ouvir mais os Sr. Deputados, tem que ouvir mais o Congresso. Observem o aumento concedido aos funcionários públicos desde que o atual Presidente da República tomou posse. E quando esses funcionários fazem greve são chamados de radicais. Ninguém faz greve porque está ganhando bem, mas sim por causa da fome. Hoje, no Brasil, não se faz greve política. É triste vermos um pai fazer greve para conseguir dar um pedaço de pão ou um copo de leite ao seu filho. E há deputados que vão à tribuna criticar as greves. Não é esse o nosso papel. Devemos ser coerentes com as nossas posições, como foi a oposição ontem, quando alguns deputados adotaram uma postura de independência do Governo, o que é muito bom para o Legislativo. Não precisamos ficar atrelados ao Poder Executivo, que nada dá aos trabalhadores. As medidas provisórias têm que deixar de existir. Deve haver um acordo antes de se enviar alguma medida provisória para o Congresso Nacional. Todas as medidas enviadas até hoje foram negativas para a população, para o consumidor, inclusive para os industriais, para o grande capital e para os latifundiários. Enfim, elas foram negativas para todos os seguimentos da sociedade. Se fizermos uma análise dessas medidas enviadas, constataremos que todas foram negativas. Se esses segmentos da sociedade tiverem, antes, uma discussão com o Governo ou com alguns Ministérios, as medidas serão melhoradas.

Sr. Presidente, dizer que o Governo ganhou ontem não é verdade. Ele teve um enorme desgaste político, o que já deveria ter ocorrido há muito tempo. O Governo já deveria ter aprendido que andar com o nariz empinado não amedronta o Congresso.

O que ocorreu ontem foi muito bom, principalmente para a bancada governista que acompanhou a bancada de oposição. Não vamos fazer oposição sistemática, mas vamos procurar atender os trabalhadores e a Nação. Não estamos aqui para cuidar dos interesses do Presidente da República, mas sim para cuidar do desenvolvimento da economia brasileira, que está pobre, arcaica, e da estrutura política. Hoje não se vê uma medida provisória à altura de uma discussão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Edson Silva — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, em nome da Liderança do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. EDSON SILVA (PDT — CE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, neste momento, em nome da bancada do PDT, quero prestar solidariedade a três profissionais de imprensa que foram baleados quando no desempenho de sua missão profissional. Entendemos, Sr. Presidente, que a violência praticada contra os profissionais de imprensa foi praticada contra a liberdade, e a democracia. Os jornalistas da Agência Estado que foram baleados em Porto Velho, capital de Rondônia, são os seguintes: Coeli (Tchele) Mendes, na sucursal de Brasília, Nelson Taunis, correspondente em Porto Velho, e o fotógrafo José Paulo Lacerda, também da sucursal de Brasília. A repórter Coeli Mendes está internada no Hospital Prontocor, em Porto Velho, com um tiro no fêmur. Ela é Diretora do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal.

Registramos a nossa solidariedade a esses profissionais e um apelo ao Ministro da Justiça para que apure o fato, a fim de que os culpados sejam punidos com o rigor da lei.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — V. Ex^a não levantou nenhuma questão de ordem, nobre Líder.

O Sr. Edésio Frias — Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Tem a palavra a V. Ex^a

O SR. EDÉSIO FRIAS (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, só gostaria de saber quando vamos começar a votar.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Em breve. Só há três oradores.

O SR. EDÉSIO FRIAS — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Com a palavra o nobre Deputado Hélio Bicudo.

O SR. HÉLIO BICUDO (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Parlamentares, em primeiro lugar, em nome do Partido dos Trabalhadores, aliamos-nos ao Partido Democrático Trabalhista na solidariedade prestada aos jornalistas da Agência Estado agredidos.

Sr. Presidente, venho a esta tribuna, para lamentar a maneira pela qual alguns parlamentares se têm manifestado a propósito da atitude assumida pelo Congresso Nacional na noite de ontem, ao rejeitar a Medida Provisória n^o 296. Não entendo, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, que tenha sido um episódio de imaturidade política. Muito pelo contrário, foi uma posição nitidamente madura de um Congresso que sabe porque existe e o que quer.

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, a história dessa medida provisória precisa ser contada e recontada, pois o Governo e os parlamentares com ele alinhados, numa política de curto prazo e de estilingue, não antevêem uma política a longo prazo que poderia beneficiar não apenas a classe dos servidores públicos, mas os trabalhadores em geral e o povo brasileiro. Essa política de longo prazo é o culto pela Constituição e pelas instituições.

Não devemos permitir, como estamos permitindo, que o Governo continue a editar medidas provisórias evidente, clara e indiscutivelmente inconstitucionais, pois trazem no seu bojo crimes de responsabilidade, praticados pelo Senhor Presidente da República e pelos Srs. Ministros de Estado. Não podemos bater palmas, não nos podemos curvar a acordos feitos para mediar interesses que não são os interesses superiores da Nação, como a manutenção do Estado democrático, da Constituição e das instituições, pelos quais lutamos durante trinta anos. Não podemos admitir que agora isso seja arranhado e espoliado por atos do Governo, com o consentimento de deputados que se dizem da oposição.

Sr. Presidente, ontem, a oposição do Congresso foi madura. Evidentemente, o Governo se aproveitará disso, porque é populista, porque procura, por meio da mídia eletrônica, mostrar a face que não é a deste Congresso, pois a face deste Congresso é a de legítimo defensor das instituições. Uma democracia não se sustenta apenas com medidas provisórias, mas com o Poder Legislativo. Este é o fundamento da democracia. Como integrante do Poder Legislativo, ficamos orgulhosos quando este mostra ao Governo sua verdadeira posição. Foi o que fez ontem. Isso não merece críticas, mas encômios, porque é a política no verdadeiro sentido, a do longo prazo e não a do curto prazo, que olha apenas o amanhã e não antevê o depois de amanhã, o ano que vem, o futuro de nossa Pátria.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Euclides de Mello.

O SR. EUCLYDES DE MELLO (Bloco — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, assomo à tribuna desta Casa para comentar nossa flagrante derrota ontem, no Congresso Nacional. Estou na vida pública há mais ou menos dezesseis anos e, pela primeira vez na minha vida, assisti a um episódio como o de ontem. Não que o reajuste do Governo tenha sido ideal e melhor para o funcionalismo, mas, no meu entender, Sr. Presidente, ninguém rejeita aumento e dinheiro no bolso.

Sabemos das dificuldades do funcionalismo público, sabemos das dificuldades do Governo também, e ontem, para surpresa nossa, vimos o Congresso derrotar os trabalhadores. Chamaram para esta Casa meia dúzia de pessoas para servirem de platéia, os quais ficaram batendo palmas contra elas mesmas e contra a maioria dos funcionários públicos federais.

Solidarizo-me, neste momento, com os oradores que me antecederam, oradores lúcidos, pois disseram, de forma clara, que aquela decisão representou uma grande derrota para esta Casa e para aqueles trabalhadores que receberão minguado aumento, não tenho a menor dúvida.

Sr. Presidente, esta Casa também está revelando a existência de muitos videntes. Digo isso porque, na semana passada, uma companheira do Partido dos Trabalhadores assomou à tribuna desta Casa e leu matéria do "Jornal da Tarde", de São Paulo, que dizia ter o relator do Tribunal de Contas da União dado parecer contrário às contas do Governo Fede-

ral. No outro dia, tais contas foram aprovadas por unanimidade no TCU.

Na semana passada, para a infelicidade desses videntes, vimos as contas da Prefeita de São Paulo, Luiza Erundina de Sousa, serem rejeitadas por unanimidade pela Corte de Contas daquela Capital. Hoje, um companheiro veio à tribuna desta Casa dizer que isso é perseguição do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

Digo isso apenas para os que se dizem oposição radical entenderem como é difícil ser governo. Não basta chegar aqui e fazer discursos populistas para agradar a todos, mas não agradando, na realidade, a ninguém. A continuar da maneira que está, a tendência é o Brasil se atrasar cada vez mais.

Estive recentemente na China. E é bom lembrar que por conta própria e do Governo chinês.

Aliás aproveito esta oportunidade para pedir ao Sr. Presidente da Câmara dos Deputados que preste esclarecimentos sobre a visita que fizemos à China comunista, pois esta Casa não gastou um tostão para viajarmos, pois o fizemos, a convite oficial do Governo chinês. Sobre isso pairou dúvida. A revista *Veja*, na coluna "Radar", dizia que Deputados do PRN haviam viajado à China e, para tal, tinham pedido recursos e verbas da Câmara dos Deputados. Isso é mentira; isso não ocorreu. Na Secretaria da Câmara dos Deputados e no Gabinete da Presidência também há declarações de todos os Deputados e Senadores que viajaram, em que abrem mão desses custeios e benefícios.

Sr. Presidente, o Brasil atravessa momento muito difícil. É hora de nos unirmos em torno de um objetivo, o crescimento, desenvolvimento e progresso do nosso País, porque, a continuar da maneira que está, cada vez mais nos afundaremos.

A China comunista está muitos anos à nossa frente e já abriu sua economia para o capital estrangeiro há mais de seis anos, enquanto nós ainda estamos discutindo se vamos modificar o projeto de lei que veio do Governo Federal, referente à Lei de Informática. Vamos modernizar-mos, vamos ajustar o Governo, vamos fazer oposição e vamos ser coerentes na hora de ser coerentes, como no dia de ontem, em que se precisava de muita coerência. Ontem, houve uma vitória de Pirro do Congresso, porque o grande derrotado foi o funcionalismo público federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Victor Faccioni.

O SR. VICTOR FACCIONI (PDS — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidentete, Srs. Congressistas, venho a esta tribuna para fazer um alerta muito sério a esta Casa, porquanto a votação de ontem à noite da Medida Provisória nº 296 tem desdobramentos e consequências que não são fáceis de serem assimilados, conduzidos e equacionados.

Em primeiro lugar, quero lembrar aqui o pedido de informações que fez ontem à noite o nobre deputado, colega de bancada, Adylson Motta, ao Presidente da Câmara dos Deputados, indagando sobre o processamento e desdobramento do Projeto de Lei nº 910, que trata do aumento ou do reajuste de vencimentos dos servidores.

O Congresso decidiu a respeito da Medida Provisória nº 296, mas está pendente a apreciação do Projeto de Lei nº 910, oriundo de mensagem presidencial. O que fará o Congresso Nacional com esse projeto de lei? Há prazo para a sua votação, pois está em regime de urgência.

Em segundo lugar, no instante em que foi derrotada a Medida Provisória nº 296, falece a sustentação jurídica para o pagamento dos salários dos servidores que receberam o benefício decorrente dessa medida. O Congresso, por dispositivo constitucional, terá de votar um decreto legislativo dispondo sobre os efeitos jurídicos retroativos. Quando é que o Congresso vai dispor a respeito? Imediatamente? Hoje? Amanhã?

Creio, Sr. Presidente, que ontem não devíamos ter votado a matéria. Manifestei-me, em nome de minha bancada, propondo que a votação fosse transferida para hoje de manhã, a fim de que se tivesse uma ampliação de prazo para negociação.

Preocupa-me o texto da proposta de decreto legislativo encaminhada pelo PMDB, da qual tenho cópias e quero socorrer-me se for, possível, das luzes do nobre Deputado Nelson Jobim. O que diz essa proposta de decreto legislativo encaminhada pelo PMDB é da maior gravidade, porque, se aprovada, significará que os militares e os civis que receberam dois meses de reajuste terão de devolver esse dinheiro na forma...

(Aparte fora do microfone.)

O SR. VICTOR FACCIONI — Nobre Deputado Gastone Righi, este é o texto do decreto legislativo de autoria do Deputado Germano Rigotto, Relator — e eu lhe passo uma cópia —, que, como diz V. Exª, também considero o “fim da picada”.

Diz a proposta do PMDB:

“Projeto de decreto legislativo que disciplina as relações jurídicas decorrentes da rejeição da Medida Provisória nº 296, de 24 de maio de 1991.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam convalidados os efeitos decorrentes dos atos praticados com fundamento na Medida Provisória nº 296, de 29 de maio de 1991, até a data de sua rejeição.”

Agora vem o mais grave.

“Parágrafo único. As importâncias recebidas em consequência do disposto neste artigo serão consideradas como antecipação...”

Antecipação de quê? De um aumento futuro? Se foi pago, se foi antecipado, não haverá mais novo pagamento. É grave, Sr. Presidente, a forma como está sendo conduzido o desdobramento de tão sério problema, porque se está jogando com os salários de mais de novecentos mil servidores.

Quero saber quem vai aprovar e pôr em prática, essa proposta.

Ora, Sr. Presidente, se eu devo para alguém determinada importância que teria de pagar no dia 30 de agosto, mas paguei no dia 30 de maio, no dia 30 de agosto não preciso mais pagar, já está pago. O pagamento foi antecipado. Isto, sim, é antecipação. Quero crer que outra deveria ser a redação, que deveria se referir a efeito retroativo: “retroagirá o aumento aos meses tais.”

Ora, Sr. Presidente, eu não gostaria de ver este Congresso envolvido numa situação ainda mais complicada do que aquela que estamos vivendo neste momento.

Afora isso, há ainda outra questão a ser decidida; se é constitucional ou não a forma de o Congresso dispor sobre esses efeitos jurídicos retroativos.

Sorri para mim o nobre Deputado Nelson Jobim, um sorriso que não sei se enigmático ou de confirmação da minha dúvida. Por informações que tive a respeito de declarações de S. Exª, talvez esteja querendo confirmar a minha dúvida. Não sei se posso receber um aparte, se puder, com muito prazer, ouvirei o nobre Deputado Nelson Jobim.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Não há aparte.

O Sr. Nelson Jobim — Sr. Presidente, requeiro depois que me seja concedida a palavra, tendo em vista que fui citado nominalmente.

O SR. VICTOR FACCIONI — Sr. Presidente, essa questão tem de ser tratada com a maior seriedade, com a maior urgência. A maioria da nossa bancada votou contra aquela medida provisória, na medida em que o próprio Líder do Governo disse que não tinha mais como garantir o cumprimento do acordo por parte do Governo, porque considerava esse ajuste rompido pelas lideranças que se haviam manifestado.

Diante disso, na condição de líder, declarei que a orientação à bancada estava liberada. Evidentemente, a maioria entendeu que não poderia assumir o risco de votar uma medida provisória que dava um reajuste para uma parcela do funcionalismo público sem a garantia de que houvesse a contrapartida para os demais servidores, nos termos do acordo anteriormente proposto.

O que minha bancada quer, o que queremos — e, quero crer, toda esta Casa — é solucionar o impasse criado em relação aos proventos, aos vencimentos dos funcionários civis e militares da União. Isto é da maior relevância.

Além disso teremos que resolver os problemas da LDO. Suspeito, que assim, diante da situação, não teremos outra alternativa senão adentrarmos os finais de semana realizando sessões do Congresso Nacional.

Transmiti ontem ao Ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, e aos líderes que com ele estiveram, uma sugestão pessoal, que fiz não em nome da bancada, porque não a consultei, no sentido de que o Governo editasse, entre hoje e amanhã, a Medida Provisória nº 297, incluindo todas as condições do acordo proposto e que não funcionou. Quero crer que se o Governo colocar perante o Plenário, concretamente, a amplitude do acordo proposto, este Plenário terá melhores condições de apreciar e — quem sabe? — até de votar favoravelmente a matéria, ao contrário do que aconteceu ontem, quando houve dúvidas sobre se haveria o cumprimento do acordo.

Eram estas as considerações que eu tinha a obrigação de trazer ao Plenário desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Com a palavra o nobre Deputado Fábio Meirelles.

O Sr. Gastone Righi — Sr. Presidente, como Líder, posso pedir a palavra a qualquer instante da sessão para uma comunicação. Além disso, fui referido nominalmente, assim como o Deputado Nelson Jobim.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Solicito a V. Exª que aguarde os dois oradores que ainda temos, para ordenar os nossos trabalhos. Depois, concederei a palavra a V. Exª.

Com a palavra o nobre Deputado Fábio Meirelles. S. Exª dispõe de cinco minutos.

O SR. FÁBIO MEIRELLES (PDS — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, parece que os conhecimentos que adquirimos ao longo de nossa vida devem ser reformulados, haja vista o episódio ocorrido na tarde de ontem nesta Casa.

Durante quase dezessete anos, em São Paulo, como líder do setor rural, temos procurado conciliar os interesses dos produtores da agropecuária paulista com os interesses dos trabalhadores rurais, tanto assim, Sr. Presidente, que recentemente, após trinta dias de trabalhos, de discussões, conseguimos um dos maiores acordos no setor de cana-de-açúcar.

A Federação dos Trabalhadores Rurais e a Federação da Agricultura do Estado de São Paulo acordaram em dezenas de itens, inclusive no que concerne ao salário, tendo apoio integral do Sindicato dos Fomecedores do Açúcar e do Alcool.

O que nos parece incompreensível e nos leva a uma preocupação maior são os fatos como aquele a que assistimos na Casa, conduzidos pelas lideranças partidárias e do próprio Governo, com relação aos entendimentos a respeito da Medida Provisória nº 296.

Parece-nos que há vários brasis e vários interesses. Por que pode a agropecuária discutir os seus interesses com o sacrifício muitas vezes inconcebível de ajustar os seus preços inadequadamente, para manter a economia nacional? Para o produtor de leite não há preços; no setor do café não há como manter a atividade cafeeira, — a do meeiro, a do parceiro, a do trabalhador e muito menos a do produtor rural. Mas ainda há o bom senso para equilibrar essas economias. Como as lideranças da Câmara dos Deputados puderam chegar àquele desentendimento, na tarde de ontem, depois de ter acordado, e até aceito que após a Medida Provisória nº 296, teríamos as Medidas Provisórias nºs 297 e 298? E ao bel-prazer dessas lideranças rompe-se tudo e joga-se esta Casa ao caos, numa demonstração, na nossa opinião, de falta de bom senso e de capacidade para discutir os interesses dos segmentos envolvidos.

Não queremos nos comprometer com isso. Assim, aqui estamos, de pronto, para fazer as nossas observações: Por que a agropecuária pode ficar na situação em que se encontra, sem perspectiva? Estamos sentindo de perto a economia rural se afundando, mas continua o bom senso dos líderes dos trabalhadores rurais, das lideranças do setor profissional para manter viva aquela atividade.

Quando se fala em determinados interesses, Sr. Presidente, como os do setor civil, do setor militar, do setor público, que sabemos que realmente têm de ser reajustados, parece que as galerias falam mais do que o bom senso e se quer obter uma vitória. Vitória de quem, Sr. Presidente? Nem da Situação, nem da Oposição; pelo contrário, assumimos dificuldades maiores ao procurarmos reajustar essas realidades.

Como homem ligado às negociações ao longo dos anos, não poderíamos deixar ou fazer nossas observações, pois entendemos que as conquistas são alcançadas paulatinamente, principalmente quando sabemos que a economia nacional não está para festejar e muito menos para dizer que alguém venceu ou saiu derrotado.

Entendemos que nossas palavras teriam de ficar registradas nos Anais da Casa, pois é aqui que se debatem os grandes problemas e não se pode, de maneira alguma, resolvê-los de forma emocional, como ocorreu na tarde de ontem.

O SR. PRESIDENTE (Saldanha Derzi) — Concedo a palavra ao último orador inscrito do Pequeno Expediente, Deputado Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, gostaria de chamar a atenção da Casa para o art. 16 da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que inclui alguns dispositivos de prestação de contas que os nossos municípios nunca poderão cumprir.

O que existe é o seguinte: a LDO, no seu art. 16, procurou obrigar os municípios a criar os impostos da sua competência, o que é uma invasão indevida da União na esfera de decisão dos municípios. Mas isso pode até ser compreendida. Porém, a comprovação que a União está exigindo dos municípios é que levem aos ministérios respectivos documentos que atestem que não ocorreu o fato gerador de um determinado tributo. Com isso os municípios seriam obrigados a provar, por exemplo, no caso de Imposto sobre Vendas a Varejo, que não existe posto de gasolina em seu território, ou que lá não ocorreu determinado tipo de transação imobiliária.

Acho importante que seja modificada a redação do art. 16 para que a prova a ser feita pelos municípios fique limitada ao texto da lei que criará os impostos municipais e a sua previsão para o orçamento de 1992.

A LDO, que será publicada agora em 1991, não pode criar obrigações retroativas para os municípios, ou seja, exigir, para que os mesmos recebam dotações em 1992, o cumprimento de certos requisitos estabelecidos para os anos de 1990 e 1991.

Vou apresentar destaque em relação ao citado artigo, mas gostaria de deixar marcada minha posição em defesa de todos os municípios do País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Com a palavra o nobre Deputado Nelson Jobim, que foi citado. V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O Sr. Gastone Righi — Sr. Presidente, pedi a palavra não só por ter sido citado, mas também, como líder. Diz o Regimento, muito claramente, que o líder fala a qualquer momento da sessão em que peça a palavra.

O Sr. Rachid Saldanha Derzi, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência garante ao nobre Líder Gastone Righi o que o Senador Rachid Saldanha Derzi, no exercício da Presidência, já havia confirmado: logo após a manifestação do Deputado Nelson Jobim...

O Sr. Gastone Righi — Sr. Presidente, serei muito breve, é questão de um minuto apenas.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Garantida a palavra a V. Ex^a com a aquiescência do orador já chamado, o nobre companheiro Deputado Nelson Jobim.

Com a palavra, portanto, o Líder Gastone Righi.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB — SP. Sem revisão do orador.) — Será melhor, Sr. Presidente, pois o Deputado

Nelson Jobim, com suas conclusões jurídicas sempre percuientes haverá de colocar um fecho de ouro nesse episódio.

Disse o ilustre Líder Victor Faccioni que estava havendo uma falha no Congresso, quando da votação da Medida Provisória nº 296, ontem. Na realidade, não houve falha do Congresso, que se pronunciou a respeito da medida, rejeitando-a. Era seu direito aceitá-la, rejeitá-la ou realizar um projeto de conversão. Preferiu a rejeição. É uma decisão constitucional, lícita e absolutamente pura. Na essência, expressava a vontade do Congresso, que não queria convalidar a medida. Por falta de regulamentação do processamento dessas medidas, o Congresso se vê a braços com alguns problemas como, por exemplo, o de disciplinar os efeitos da medida. Ora, a meu ver, a disciplina deveria ser feita por iniciativa do Sr. Relator e pela Mesa.

A Presidência do Congresso Nacional, no instante em que o Sr. Relator concluiu o seu parecer pela improcedência, como ocorreu ontem, teria que exigir dele a apresentação de projeto de lei ou de projeto de decreto legislativo, qualquer que fosse a medida, para votação em seguida. O que não se pode é separar a disciplina dos efeitos da decisão sobre a medida provisória da própria medida provisória. São coisas concomitantes, conjuntas e têm que ser votadas no mesmo ato. Submetido, portanto, o parecer, a disciplina deverá estar feita.

Esta é minha opinião: enquanto não houver uma disciplina legal, processual, teremos que adotar algumas posições intercorrentes. Essa seria uma delas.

Por outro lado, o Deputado Victor Faccioni, ilustre Líder do PDS, comete um equívoco. O projeto do Sr. Relator não tem que, necessariamente, ser adotado integralmente por esta Casa ou pelo Congresso Nacional. Poderemos pedir destaque do parágrafo único, que realmente é absurdo, contraditório. Se no art. 1º se convalidam os efeitos decorrentes dos atos praticados, não poderia o seu parágrafo único carregar para os servidores públicos beneficiados o ônus de desconto desses efeitos nos aumentos futuros. Portanto, bastaria para nós — como haveremos de fazê-lo — pedir destaque para o parágrafo único e rejeitá-lo por injusto e iníquo.

Sr. Presidente, eram os esclarecimentos que queria dar, para acabar com esse terrorismo. Não aconteceu nenhum mal ao País. O Congresso recusou uma medida provisória, e o Executivo pode até o dia 30, ou até o mês de julho, ou até quando bem entender, nos termos da Constituição Federal, baixar nova medida provisória, agora extensiva a todos os funcionários, bem mais justa e modelar. Não há nenhum impedimento. Se o Executivo não o fizer, a culpa é do Executivo. O Legislativo nada tem a ver com isso. Procedeu corretamente e nos estritos termos da Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência vai prestar os esclarecimentos reclamados pelo nobre Líder Gastone Righi. Realmente, a comissão, ao redigir o vencido, no mérito, se contrapôs à Medida Provisória nº 296. Concomitantemente, foi elaborado o projeto de decreto legislativo nos termos da Resolução nº 1, de 1989, que disciplina a apreciação de medida provisória pelo Congresso Nacional. Essa apreciação simultânea, a que alude o nobre Líder Gastone Righi, não se poderia processar naquela sessão, que era do Congresso Nacional. E de conformidade com o que estabelece o parágrafo único do art. 6º da Resolução nº 1, que dispõe sobre a apreciação pelo Congresso Nacional de medida provisória, temos:

“No caso deste artigo *in fine*, a Comissão Mista elaborará projeto de decreto legislativo, disciplinando as relações jurídicas decorrentes da vigência da medida, o qual terá sua tramitação iniciada na Câmara dos Deputados”.

Comunico ao nobre Líder Gastone Righi e aos demais Srs. Congressistas que o Senado Federal já remeteu à Câmara dos Deputados o processo respectivo com o projeto de lei sugerido pela comissão incumbida de apreciar a Medida Provisória nº 296.

Há poucos instantes, ao terminar a recepção ao Primeiro-Ministro da Malásia, de que participamos, o Presidente do Senado Federal entrou em entendimento com o Presidente da Câmara dos Deputados e já, na sessão da tarde de hoje terá início a tramitação do projeto de decreto legislativo, nos termos do parágrafo único do art. 6º. O nobre Presidente Ibsen Pinheiro esclarecerá à Casa que poderá ser solicitada urgência para essa proposição, mas, como se trata de matéria da alçada da Câmara dos Deputados, a Presidência se dispensa de comentar o trâmite naquela outra Casa do Congresso Nacional, porque ninguém melhor poderá fazê-lo que o próprio Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Ibsen Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Nelson Jobim.

O SR. NELSON JOBIM (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, venho ao microfone porque fui citado pelo eminente Líder do PDS.

V. Exª, talvez por equívoco de linguagem, referiu-se a decreto legislativo. É bom lembrar que a Câmara dos Deputados, quando aprovou o projeto de lei encabeçado por mim, de autoria coletiva, disciplinando o tema da regulamentação das relações jurídicas, optou pela elaboração de uma lei e não pelo caminho do projeto de decreto legislativo. Aliás, esse tema foi examinado na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara dos Deputados e no plenário da Câmara dos Deputados, quando aprovado aquele projeto que se encontra no Senado Federal. E examinamos longamente o assunto e concluímos que, na Resolução nº 1, quando se faz menção ao decreto legislativo, há um equívoco. Este tema será regulamentado por projeto de lei. Não sei se por vício de linguagem ou equívoco, V. Exª soube se ajustar ao tema, quando disse que virá para a Câmara dos Deputados um projeto de lei para apreciar a matéria. Quero dizer ao eminente Líder do PDS que efetivamente, a meu juízo, não é possível que o Congresso Nacional regule essa matéria por decreto legislativo. O universo de abrangência da lei é a definição de direitos e obrigações de terceiros e da população brasileira, e só a lei tem eficácia sobre todo o território nacional, ao contrário do universo restrito da eficácia de um decreto legislativo. Finalmente, aproveito o momento para fazer minhas as palavras ditas há pouco pelo Deputado Alberto Goldman a respeito da conduta adotada na sessão de ontem.

Era o que tinha a dizer.

O Sr. Victor Faccioni — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. VICTOR FACCIONI (PDS — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, queremos agradecer ao ilustre Deputado Nelson Jobim a exclamação do seu pensamento sobre a matéria que havíamos suscitado anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Sr^{as} e Srs. Congressistas, como a tramitação dessa matéria se inicia pela Câmara dos Deputados, é de supor que em torno dela o debate ainda mais se aclare naquela outra Casa do Parlamento, e o Plenário, inicialmente na Câmara e posteriormente no Senado, possa decidir sobre essa proposição, regulamentando, portanto, os efeitos jurídicos da medida ontem recusada pelo Congresso Nacional, pois vamos iniciar o processo.

Encareço aos nobres deputados que se encontram nas comissões que se desloquem imediatamente a este plenário. Após os pronunciamentos dos Deputados José Genoíno e Marcelino Romano, vamos processar a votação da matéria da Ordem do Dia desta sessão.

Atenção, Srs. Deputados e Senadores que se encontram nos gabinetes e nas comissões: todos se desloquem para este plenário, porque vai processar-se a votação neste dia que antecede neste momento apenas o provável recesso parlamentar. Digo provável, em relação às implicações constitucionais já de pleno conhecimento dos Srs. Deputados e Senadores, que a Mesa se dispensa de comentar neste momento para não alongar mais os debates e nem frustrar a expectativa da votação que ocorrerá logo mais.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem a palavra o Deputado José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, vários parlamentares ocuparam a tribuna nesta sessão do Congresso Nacional para fazer observações críticas à decisão do Congresso Nacional de rejeitar ontem a Medida Provisória nº 296.

Tenho opinião inteiramente contrária e divergente em relação à posição adotada pelo Congresso Nacional ontem, quanto à Medida Provisória nº 296.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, gostaria de lembrar a alguns deputados governistas, particularmente ao líder do Governo, Deputado Humberto Souto, que tem feito grandes manifestações de preocupação com o servidor público, que nunca vi tanta preocupação e tanta sensibilidade de S. Ex^a em relação ao servidor público.

Na verdade, Sr. Presidente, estamos assistindo, por parte da liderança do Governo, a uma tentativa política de minimizar a derrota sofrida nesta Casa, dizendo que aquilo prejudicou os servidores. É uma manobra política da liderança do Governo, porque se tratou de uma derrota política, e devemos avaliar a outra parte da matéria. É claro que a liderança do Governo está no seu papel ao fazer essas considerações de que o Congresso Nacional rejeitou a melhor possibilidade para os servidores.

Ora, Sr. Presidente, vamos colocar as coisas em seus devidos lugares. A liderança do Governo — e é bom que se diga isso aqui — entre a reunião das 9h e a votação das 15h, já havia retirado o seu aval para buscar aquele acordo.

Veja bem — e chamaria a atenção dos deputados oposicionistas — com que cara este Congresso ficaria ao votar a Medida Provisória nº 296, se o Governo dissesse, na reunião de líderes, que não tinha condições de bancar e dar o seu

aval àquele acordo firmado na reunião das 11h? Por que, na reunião final das lideranças, o Deputado Humberto Souto não bateu martelo em relação à discussão de pontos cruciais, como, por exemplo, o que levantamos em relação ao efeito retroativo para o mês de junho? O Congresso Nacional se desmoralizaria se não tivesse uma segurança — e essa segurança foi solicitada na tribuna — no sentido de que o Governo manteria os termos da proposta. Aceitávamos discutir as modificações, como condição para adiar a votação de hoje, mas ele disse, claramente, que não manteria isso.

Sr. Presidente, não somos ingênuos. Quando o Governo quer manter uma proposta, faz todas as manobras para, através do microfone, garanti-la. Não foi apenas a liderança do PMDB nem a do PT que falou no último momento, antes da liderança do Governo. As lideranças do Bloco, do PTB e do PL solicitaram ao Governo — estes partidos que formam o apoio crítico ao Governo ou a independência — garantia para os termos do acordo.

Sr. Presidente, o Governo, naquela sessão de ontem, não tinha condições políticas de dar segurança para manter os termos da proposta como condição para se votar na sessão de hoje.

Portanto, se adiássemos a votação para a sessão de hoje, sem ter essa segurança, o Governo retiraria essa proposta, e o Congresso Nacional se desmoralizaria, porque, perante os servidores públicos e a autonomia desta Casa, a proposta do Governo não estaria convalidada na sessão de hoje. Isto era o que o Governo queria, porque trabalharia com o prazo do dia 28 para a medida provisória cair e então ele a reeditaria novamente. Esta é a questão política. Não podemos ter aqui um raciocínio ingênuo e simplista no sentido de que o Congresso Nacional cometeu um erro. Pelo contrário, agiu corretamente. E o Deputado Gastone Righi tem razão ao dizer que não cai o mundo quando se rejeita uma medida provisória. Isto tem de ser parte de um ato de rotina desta Casa.

Vamos votar agora o projeto de decreto legislativo, regulamentando as relações jurídicas. E proponho às lideranças: vamos trazer o Projeto nº 912, votar em regime de urgência, posto que já está na urgência constitucional. E se o Congresso não tem poderes para alterar os índices, façamos uma proposta: a de elaborar um substitutivo, ao Projeto de Lei nº 912, dando autorização para o Poder Executivo conceder o aumento até o percentual máximo de 100%. E, ao dar essa autorização, vamos devolver, isto sim, para o Governo a decisão, porque é bom que se diga aqui: a iniciativa não é do Congresso Nacional. E ele não pode modificar porque implica aumento de despesa. Diante de uma situação como está, tínhamos que rejeitar, sim, porque o Governo não deu a este Plenário uma segurança política de manutenção e possibilidade de discutir os termos do acordo.

Nesse sentido, Sr. Presidente, queremos deixar bem claro que foi uma posição correta, justa. O Governo teve quinze dias entre aquela votação da admissibilidade e a votação de ontem e, somente a duas horas da votação no Plenário é que fez aquela proposta. Ao fazer aquela proposta, nós, por exemplo, solicitamos do Líder do Governo que garantisse na Comissão Interministerial a participação dos servidores — e não veio essa garantia.

Solicitamos que, na revisão salarial de agosto, se abrisse a possibilidade de incluir aquelas categorias não contempladas. Nada disso foi respondido pela liderança do Governo.

Na verdade, Sr. Presidente, o Congresso Nacional seria envolvido numa manobra de última hora em que o Governo

retiraria os termos do acordo. O Congresso Nacional se desmoralizaria. Por isso foi importante firmar a soberania do Congresso Nacional. Agora temos que dar curso, votando o decreto legislativo sem aquele caráter de antecipação e, ao mesmo tempo, votando o projeto de lei. É isso que o Congresso Nacional deve afirmar politicamente.

Portanto, rejeitamos esse terrorismo, esse pavor, essa intranquilidade que o Governo está passando, dizendo que os servidores vão ter que devolver as quantias recebidas, que vai ficar um buraco negro e coisas desse tipo. Não vai haver nada disso. A Constituição diz como proceder, e o Congresso Nacional pode, através de um projeto de lei, usar desse expediente se o Governo não tomar iniciativa de enviar um projeto de lei para cá ou então uma medida provisória.

Essa é a atitude política correta, prudente, que possibilita ao Governo negociar de outra maneira com o Congresso Nacional.

Não podemos correr o risco semelhante ao que aconteceu na admissibilidade. Por isso, essa foi uma atitude correta. Nós devemos assumir o curso seguinte, que são as iniciativas referidas.

Finalmente Sr. Presidente, — não quero levantar essa questão de ordem agora, mas na sessão noturna, que V. Exª já convocou —, a convocação da sessão noturna, com a LDO sendo o ponto um da pauta, é inconstitucional.

Apelo para V. Exª no sentido de que não tenhamos a convocação da sessão noturna para as 19h e ouça mais os partidos sobre esse problema. A LDO não pode ser votada hoje, às 19h.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Sobre essa matéria, a Mesa decidirá na oportunidade devida.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência, antes de iniciar o processo de votação, respeita a inscrição do nobre Deputado Marcelino Romano Machado.

A Presidência pede aos Srs. Deputados que comecem a tomar assento nas bancadas, porque vai-se processar a votação pelo painel eletrônico.

A Mesa indaga ao nobre Deputado Marcelino Machado Romano se vai usar a tribuna.

O Sr. Fausto Rocha — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. FAUSTO ROCHA (Bloco — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, usarei o espaço com a permissão do nobre Deputado Marcelino Romano Machado. Realmente, desejo que seja colocada em ordem uma questão de manutenção da vida.

Matéria publicada no **Jornal de Brasília** de hoje: traz a seguinte chamada “Piquete impede cirurgia. Grevistas retiraram funcionários da sala de operações. Paciente corre risco de vida”.

Então, eu gostaria de saber do nobre Deputado José Genoíno se com a mesma invectiva com que S. Exª se pronunciou há instantes, terá coragem de voltar lá e chamar os líderes piqueteiros, os baderneiros profissionais — cujo trabalho não é trabalho, mas fazer com que os outros parem de trabalhar — da CUT, que não é um sindicalismo de resultado, porque o sindicato mais forte está nos Estados Unidos da América. Na Rússia, desde 1917, não havia sindicatos, nem nos países

satelizados por ela. Quando o primeiro conseguiu ter uma vida útil em dez anos assumiu o poder.

Diz o jornal: “O estado dela é grave”, disse o chefe da Neurocirurgia, médico Miguel Farage. Segundo ele, a saída dos funcionários rompeu um acordo verbal feito na tarde de terça-feira para a realização da cirurgia. O diretor do hospital, Mauro Guimarães, disse que “não tem como evitar que fatos como esse se repitam”.

As iniciais do nome da paciente são A.S.F., de 69 anos, que teve a cabeça raspada, apresenta coágulo no cérebro, e foi impedida de ser operada. Pela terceira vez isso ocorre recentemente no hospital.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência assegurou a palavra ao nobre Deputado Marcelino Romano Machado. Depois concederá a palavra ao nobre Líder José Genoíno. Quanto à votação, se for possível, faremos agora, senão, quem sabe, fixaremos outra data, dando o prévio conhecimento aos Srs. Deputados e Senadores.

O nobre Deputado Marcelino Romano Machado está com a inscrição assegurada.

A Presidência apela para os Srs. Deputados no sentido de que votemos a matéria constante da Ordem do Dia de hoje. Até este momento não se teve a oportunidade de iniciar a votação. Depois não queiram irrogar à Mesa a increpação despropositada de que não estamos ordenando os trabalhos do Plenário do Congresso Nacional.

O SR. MARCELINO ROMANO MACHADO (PDS — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, vou procurar ser o mais breve possível, falando também em nome da bancada do PDS, com relação ao episódio de ontem, sobre a votação da Medida Provisória nº 296.

É bem verdade que a derrota sofrida pelo Governo leva os congressistas a uma reflexão. A nossa bancada, pelas próprias declarações do Líder do Governo e do Líder do Bloco, não pôde assumir um posicionamento favorável à matéria. Não tínhamos a garantia de que o acordo que havia sido anunciado seria cumprido. Por isso ela foi liberada.

Quero dizer a V. Exª, Sr. Presidente, e aos nobres Srs. Congressistas, que votei contrariamente à medida provisória. Fiz isso com a consciência e a tranquilidade de que estava, através daquele voto, cometendo um ato de justiça com os servidores públicos federais, porque a vimos como uma medida totalmente inadequada e injusta com o funcionalismo, pois ela deixava de fora várias categorias que deveriam ser atendidas. Portanto, em função dessa falta de atendimento e da justiça que estávamos conclamando, demos o nosso voto, com muita consciência, contrário à Medida Provisória nº 296. Mas não podemos entender que alguns deputados venham a este microfone dizer que o aumento antecipado, como forma de abono, tenha que ser devolvido. O Governo, se quiser, pode exatamente, através de outras medidas, evitar que isso aconteça, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, porque existem mecanismos jurídicos e administrativos que podem solucionar esse problema.

Esperamos, Sr. Presidente, que realmente haja uma solução para o caso porque existe boa vontade, conforme disseram os Líderes do Governo ontem aqui, e é preocupação do Governo, como foi manifestado hoje, através da imprensa. Essa questão será resolvida, porque este Congresso, tenho certeza, não se furtará decidir sobre uma nova proposta, desde que

ela venha a ser justa e que atenda realmente aos anseios da classe servidora federal.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência apela para o nobre Líder José Genoíno que se dispense de brindar o Plenário com mais um pronunciamento na manhã de hoje, a fim de iniciarmos o processo de votação.

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, regimentalmente tenho direito a falar, porque fui citado de maneira imprópria pelo nobre Deputado que acaba de deixar a tribuna. Tenho o direito regimental. Não aceito a maneira como fui citado. Solicito a V. Exª que me conceda a palavra nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — V. Exª vai protelar esta sessão. Os deputados já vêm à Mesa insistentemente. Se V. Exª não obstruir... V. Exª tem o brilho e a competência regimental para fazer de outra forma...

O Sr. José Genoíno — Não abro mão de meu direito, Sr. Presidente. Solicito a V. Exª a palavra para responder.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência então confere a palavra ao nobre Líder José Genoíno e aos demais que vieram à Mesa solicitar à Presidência a oportunidade de falar.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, não estou solicitando a V. Exª a minha inscrição para falar, mas, sim, regimentalmente, o direito de responder ao discurso do deputado, que, ao se referir a uma greve em serviço essencial, de maneira indevida, citou meu nome.

Quero dizer para esse deputado que, como sempre estou presente na Câmara, não acompanho as greves. Diferentemente talvez do deputado que pode acompanhar as greves. Eu não as acompanho. Não tenho nada a ver com as greves. Não acompanho todas as greves. Nem tinha lido a notícia do jornal. E o deputado citou meu nome de maneira indevida. Portanto, Deputado Fausto Rocha, como estou sempre presente aqui, não tenho condições de acompanhar as greves, repito. Por isso, não tenho nada diretamente com esse fato e não entendi a citação que V. Exª fez do meu nome.

Em segundo lugar, os trabalhadores brasileiros estão adquirindo maturidade para exercer o direito de greve. Incidentes desse tipo não podem, como V. Exª disse aqui, contrariar os trabalhos num direito essencial, como o de greve. Na Constituinte, defendemos o direito de greve até mesmo nos serviços essenciais. Há deputados aqui que foram contra o direito de greve, como o elegante e conservador Deputado de direita Roberto Cardoso Alves. Mas esse direito está assegurado na Constituição e cabe aos trabalhadores terem maturidade para exercer com plenitude essa prerrogativa constitucional. Rejeito as declarações feitas pelo Deputado Fausto Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência apela aos Srs. Deputados para que não prossigam nesse tipo de debate no plenário, no momento em que o Congresso vai se defrontar com uma votação. Temos que processar essa votação. Já é mais de meio-dia. A sessão já caminha para o seu término, porque às 13h o Presidente Ibsen Pinheiro deseja ver disponível o plenário da Câmara dos Deputados. A advertência que faço aos Srs. Parlamentares é a seguinte: qualquer outra obstrução pode ser feita, mas essa, agora, vamos deixar para a oportunidade devida.

O SR. EUCLYDES DE MELLO (Bloco — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, V. Exª não concedeu a palavra ao Líder do PT e ele usou da palavra como bem quis e entendeu. Dessa maneira, V. Exª vai ter que abrir precedentes para todos, e isso aqui vai ficar uma grande confusão. Estou falando disso porque, quando solicitar a palavra, exigirei o mesmo direito que teve o Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Sr. Deputado Euclides de Mello, V. Exª, agora, vai ouvir a Presidência.

O SR. EUCLYDES DE MELLO — Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência, nobre Deputado Euclides de Mello, mesmo sem ter a experiência de V. Exª, tem procurado conduzir esta Casa da forma que...

O SR. EUCLYDES DE MELLO — Quem sou eu, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — ... a seu juízo, possa ser a melhor manifestação de, democraticamente, permitir a intervenção de todos os Srs. Parlamentares. O nobre Deputado José Genoíno invocou em seu prol o fato de haver sido citado pelo Deputado Fausto Rocha, que ocupou a tribuna há poucos instantes. E, regimentalmente, S. Exª tinha a prerrogativa.

O SR. EUCLYDES DE MELLO — Reconheço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Se o Presidente se contrapuser ao Regimento Interno, V. Exª pode, então, ocupar o microfone e reclamar da condução dos trabalhos.

O SR. EUCLYDES DE MELLO — Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Mas, agora, V. Exª me permita que eu diga: V. Exª foi extremamente injusto com o Presidente, que desde às 9h da manhã, quando V. Exª sequer se encontrava nesta Casa, já estava aqui, tentando conduzir os nossos trabalhos. (Palmas.) V. Exª me permita, portanto, fazer esta observação, para que não se rogue — nem V. Exª nem qualquer outro parlamentar nesta Casa — à face da Presidência uma increpação que seria insidiosa de que não está conduzindo regimentalmente os trabalhos do Congresso.

O SR. EUCLYDES DE MELLO — Sr. Presidente, reconheço que o Líder do PT tinha direito de fazer uso da palavra. Só que quando ele a solicitou V. Exª disse aí, alto e bom som, que não lhe concedia a palavra. No entanto, S. Exª continuou falando. Qualquer dúvida recorrerei às fitas. Reconheço que ele tinha o direito de falar. Mas o Presidente não lhe concedeu a palavra, estão aí as fitas e as gravações. V. Exª poderá consultar e verificar que tenho razão.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Nobre Deputado Euclides de Mello, se houve essa falha da Presidência, ela continua agora, desta vez favorecendo V. Exª, porque não lhe foi concedida a palavra e V. Exª utilizou o microfone pelo espaço que quis. (Palmas.)

O SR. EUCLYDES DE MELLO — Sr. Presidente, fui citado por V. Exª e tenho o mesmo direito.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Há um requerimento sobre a mesa que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 609, DE 1991-CN

Requeremos nos termos regimentais urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 5/91, Congresso Nacional, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da União crédito especial até o limite de Cr\$18.350.532.000,00, para os fins que especifica.

Sala das Sessões, 26 de junho de 1991. — **Ricardo Fiúza** — **Genebaldo Correia** — **Victor Faccioni** — **Vivaldo Barbosa** — **Gastone Righi** — **Ricardo Izar** — **Eduardo Siqueira Campos** — **José Genoíno** — **Humberto Lucena** — **José Serra** — **Marco Maciel** — **Eduardo Suplicy**.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria a que se refere o requerimento figurará na Ordem do Dia da próxima sessão, após o projeto de lei, já incluído na pauta anunciada pela Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 610, DE 1991-CN

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais requero a inversão da pauta de hoje, passando os itens a serem apreciados na seguinte ordem: 6 — 3 — 5 — 2 — 7 — 4 — 1 e 8.

Sala das Sessões, 27 de junho de 1991. — Deputado **José Genoíno**, Líder do PT — Deputado **Pedro Tonelli**, Vice-Líder do PT — Vice-Líder do PMDB — Deputado **Dejandir Dal Pasquali**, Paulo Hartung — PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Concedida, portanto, a alteração na pauta da Ordem Dia.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência informa aos Srs. Congressistas que, tendo em vista o prazo constitucional para a tramitação da LDO, constante da pauta da sessão conjunta de hoje, às 19 horas, acatará destaques ainda hoje àquela matéria, desde que assinado o requerimento por um décimo congressistas, nos termos do disposto no art. 24 da Resolução nº 1, de 1991.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) —

Srs. Congressistas, a Mesa realmente visualiza a ausência de quorum para o prosseguimento. Em razão disso, a Mesa

convoca sessão extraordinária do Congresso Nacional para hoje, às 19 horas.

O Presidente Ibsen Pinheiro assumiu espontaneamente o compromisso de ultimar os trabalhos da Câmara dos Deputados exatamente às 19 horas, a fim de permitir ao Congresso a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia.

A Presidência apela, portanto, aos Srs. Deputados e Senadores para que estejam todos aqui a partir das 19 horas de hoje e que cancelem os compromissos assumidos nos respectivos estados, inclusive os do fim de semana, porque há perspectiva de que o debate sobre todas essas matérias, sobre a LDO e sobre o projeto de decreto legislativo, venha a ensejar a participação permanente dos Srs. Congressistas nos trabalhos desta Casa até o próximo dia 2 de julho.

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, qual é a pauta da sessão extraordinária de hoje à noite?

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — É aquela mesma pauta que V. Exª questiona. Trata-se de uma sessão extraordinária incluindo a Lei de Diretrizes Orçamentárias. A Mesa se permite esclarecer a V. Exª que ontem comunicou ao Presidente Ronaldo Aragão que, tendo avocado a matéria na sessão de ontem, a devolveria para a apreciação da Comissão Mista de Orçamento. A Casa não tem neste momento informação sobre se a comissão se reuniu para apreciar a proposição. Mas, na sessão da noite, a Mesa responderá à questão de ordem que V. Exª suscita. O assunto está sendo examinado pela assessoria da Mesa. Só depois discutiremos mais amplamente os argumentos expendidos por V. Exª e aqueles que certamente a Mesa buscará para acolhermos sua questão de ordem ou para indeferi-la.

O SR. JOSÉ GENOÍNO — Sr. Presidente, votaremos os vetos agora?

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Não. A urgência já foi apreciada. Já foi votada nas duas Casas.

Pelo que visualiza a Mesa, não há quorum para a apreciação dos vetos. A Casa sabe que para a apreciação de vetos o quorum seria de 252 votos. Com a inversão da pauta, a Mesa, que neste momento visualiza talvez a presença de uns 150 parlamentares no plenário, não se arriscaria a assumir a responsabilidade de submeter um veto à deliberação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

O Sr. Aloísio Vasconcelos — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. ALOÍSIO VASCONCELOS (PMDB — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, gostaria de indagar da Mesa qual o número de deputados e de senadores presentes.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Estão presentes 348 Srs. Deputados e 51 Srs. Senadores.

Mas, pelo que a Mesa visualiza neste instante, o número é insuficiente, ainda mais para os vetos que aí estão, reconheci-

damente polêmicos, a partir de agora, com a inversão da Ordem do Dia.

Além disso, a Mesa tem o compromisso de devolver o plenário até às 14h. quando a Câmara dos Deputados irá apreciar as proposições que, a juízo do Presidente Ibsen Pinheiro são da maior importância para a sociedade brasileira. Não dispondo o Congresso de um plenário próprio, e sendo a Câmara dos Deputados quem nos abriga, não poderíamos deixar de atender à ponderação do Deputado Ibsen Pinheiro. Em razão disso, teríamos de encerrar a matéria.

É visível que 252 Deputados e 41 Srs. Senadores não se acham no plenário neste momento.

O Sr. Cardoso Alves — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem a palavra V. Exª

O SR. CARDOSO ALVES (PTB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero dizer que V. Exª concedeu a palavra ao elegante Líder do PT e, ao concedê-la, disse que faria o mesmo com relação a todos os demais Congressistas que fossem à Mesa manifestar a sua intenção de falar.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — É verdade.

O Sr. Cardoso Alves — Manifestei minha intenção de falar e, no caso vertente, meu direito é acrescido pela citação nominal do Deputado José Genoíno com relação a mim.

De fato, na Assembléia Nacional Constituinte votei contra a concessão do direito de greve em serviços essenciais e debati, daquela tribuna, essa matéria com o meu contendor. Só podiam falar dois oradores: um a favor e um contra. Quem falou a favor foi o hoje Ministro da Justiça, Senador Jarbas Passarinho, que defendeu, dali, com todos os erros e esses, a greve em serviços essenciais, independentemente de qualquer ideologia, pura e simplesmente na prevenção da punição da sociedade e para evitar fatos dolorosos como o que hoje trouxe a esta tribuna o eminente Deputado Fausto Rocha. Afirmei, alto e bom som, que não compreendia o bombeiro de braços cruzados diante do prédio pegando fogo; que não entendia o médico de costas ao moribundo e que não me conformava com o delegado indo embora quando o ladrão botava o revólver no peito do cidadão. Defendi, sim, e defendendo. Lamento que a Assembléia Nacional Constituinte tenha adotado a tese do então Senador Jarbas Passarinho, a qual não tem qualquer fundamento, e que hoje recebeu, aqui desta tribuna, de um companheiro seu, uma censura muito grande.

O que ocorreu no hospital aqui de Brasília, não tem sentido algum. E os eternos defensores dos direitos humanos estão na obrigação indeclinável de vir a esta tribuna defender o primeiro de todos, o direito à vida, de que foi vítima ontem uma senhora de 69 anos de idade.

Eu não poderia, Sr. Presidente, deixar passar esse fato sem este registro. Sou a favor do direito de greve quando há reivindicações sérias a fazer, e foram esgotados todos os meios suavizantes para que se atinja o direito perseguido.

Mas, Sr. Presidente, no campo das atividades essenciais é desarrazoado, é antijurídico o exercício do direito de greve defendido em nossa Constituição, ou rejeitado na nossa Assembléia Nacional Constituinte.

Era este o registro, Sr. Presidente. (Palmas.)

O Sr. Aloizio Mercadante — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — V. Exª está com a palavra.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, em questão de ordem pela bancada do Partido dos Trabalhadores, queremos pedir verificação de **quorum**. Sr. Presidente, se temos **quorum** para votar, que se toque a campanha, que se chame os srs. deputados e senadores para votarmos os vetos ainda hoje. Estamos desde às 9h. exigindo a participação do Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A verificação será realizada depois da votação do primeiro item da pauta.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE — Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — **Item 6:**

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 63, DE 1990

(Medida Provisória nº 273/90)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Conversão nº 63, de 1990, que dispõe sobre a garantia de salário efetivo e dá outras providências.

(Mens. nº 14/91-CN).

Prazo: 2-5-91-CN

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

Em votação.

Solicito aos Srs. Congressistas que ocupem seus lugares.

O Sr. Mauro Benevides, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Rachid Saldanha Derzi, 3º Secretário.

O Sr. Tidei de Lima — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — V. Exª está com a palavra.

O SR. TIDEI LIMA (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, solicito a V. Exª que faça soar as campanhas a fim de que possam os srs. deputados e senadores comparecer ao plenário.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — A Presidência solicita a todos os srs. deputados e senadores que ocupem seus lugares, a fim de darmos início à votação pelo sistema eletrônico.

O Sr. Luiz Soyer — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Se for sobre a votação, V. Exª está com a palavra.

O SR. LUIZ SOYER (PMDB — GO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero solicitar aos líderes que façam as indicações dos seus votos para orientar as bancadas, inclusive explicitando a matéria em votação.

O Sr. Carlos Lupi — Sr. Presidente, estamos votando o veto ao Projeto nº 21?

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — É o veto nº 63.

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, este é o item 6 da pauta. Houve inversão. Estamos votando o veto contra a política salarial aprovada pelo Congresso Nacional em 1990. E estamos votando contra o veto; queremos a rejeição do veto. Essa política salarial foi votada inclusive no mês de julho, adiando o recesso parlamentar. Foi uma decisão importante do Congresso. Como não existe política salarial, queremos votar contra o veto, para manter o projeto de conversão aprovado pelo Congresso.

O Sr. Humberto Souto — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. HUMBERTO SOUTO (Bloco — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, gostaria de pedir permissão a V. Exª para explicar o veto que vamos apreciar agora.

Após esse veto tivemos a Medida Provisória nº 295. Sabe essa medida provisória fizemos um projeto de conversão em acordo com os partidos de Oposição. Votamos essa medida provisória e hoje temos uma lei salarial que estará vigendo até o mês de agosto. Se derrubássemos esse veto, o País ficaria com duas leis de política salarial, inclusive de salário mínimo.

Por conseguinte, ele está defasado, não tem sentido, e o voto é “sim”, para manter o veto.

O SR. RICARDO IZAR (PL — SP. Sem revisão do orador.) — O PL vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. ANTÔNIO DOS SANTOS (Bloco — CE. Sem revisão do orador.) — O Bloco, através da sua liderança, solicita aos seus liderados o voto “sim”.

O SR. CARLOS LUPI (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — O PDT encaminha o voto “não”, Sr. Presidente.

O SR. PAULO HARTUNG (PSDB — ES. Sem revisão do orador.) — O PSDB encaminha o voto “não”, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA (PDS — PI. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDS vota “sim”.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PDC — TO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a Liderança do PDC recomenda o voto “sim”.

O SR. TIDEI DE LIMA (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que fui relator dessa matéria. Para orientação dos companheiros, quero dizer também que a rejeição do veto recoloca a política salarial no seu devido lugar. Essa é a grande realidade, e não aquilo que o Deputado Humberto Souto disse. Por isso, o nosso voto será “não”. (Palmas.)

O SR. HUMBERTO SOUTO (Bloco — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o que ocorreu efetivamente — e dele o Deputado Tidei de Lima participou — foi um acordo sobre a Medida Provisória nº 295, transformada num projeto de conversão que originou a lei que estará vigendo até o dia 31 de agosto. Essa é que é a verdade, Sr. Presidente.

O Sr. Aloizio Mercadante — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Tem V. Exª a palavra pela ordem.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, solicito que seja acionada a campanha para que asseguremos o **quorum** nesta votação.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — A campanha já está sendo acionada, nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Como votam os Srs. Líderes?

O SR. ANTÔNIO DOS SANTOS (Bloco — CE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a Liderança do Bloco volta a recomendar aos seus liderados o voto “sim”.

O SR. CARLOS LUPI (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDT recomenda o voto “não”.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PDC — TO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a Liderança do PDC recomenda o voto “sim”, para os que estão chegando agora.

(Procede-se à votação)

O Sr. Paulo Ramos — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Tem V. Exª a palavra, pela ordem.

O SR. PAULO RAMOS (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, gostaria de comunicar a esta Casa que está acontecendo na Comissão de Relações Exteriores, com a presença de dois Governadores de Estado, Alceu Collares e Albuíno Azeredo, uma seminário sobre a siderurgia e seu valor estratégico para a economia nacional.

Os Srs. Deputados e Senadores que tiverem a oportunidade de comparecer ao evento verificarão que há inúmeros brasileiros discutindo a questão.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Só após a sessão, nobre Deputado, porque durante os trabalhos não pode estar reunida nenhuma comissão.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — A Mesa pede aos Srs. Deputados que apressem a votação, porque temos o compromisso de entregar o plenário até às 13 horas.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — A Presidência vai encerrar a votação. Peço aos Srs. Senadores...

O Sr. José Luiz Maia — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA (PDS — PI. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, solicito a V. Exª que acione as campanhas para que os Srs. Deputados e Senadores compareçam ao plenário.

Aproveito a oportunidade para orientar os companheiros do PDS o voto “sim”.

O Sr. Antônio dos Santos — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. ANTÔNIO DOS SANTOS (Bloco — CE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Bloco lembra aos

Srs. Congressistas que agora chegam ao plenário que a orientação é pelo voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — A Mesa vai encerrar a votação.

O Sr. José Luiz Maia — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA (PDS — PI. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, ainda temos congressistas votando.

O Sr. Ângelo Magalhães — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. ÂNGELO MAGALHÃES (Bloco — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, peço a V. Exª um pouco mais de boa vontade, porque teremos o **quorum** neste instante.

O Sr. Paulo Ramos — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. PAULO RAMOS (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, embora tenhamos atingido o **quorum** necessário, é importante que V. Exª aguarde voto dos Srs. Deputados, porque estamos apreciando um veto, e isso será feito de forma mais responsável pelo Congresso Nacional se o **quorum** for elevado. O objetivo é apreciar o veto, e não simplesmente agir para preservá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Os Srs. Deputados tiveram a oportunidade de votar em seus lugares. Não o fizeram. Estamos tendo paciência em virtude do compromisso que o Sr. Presidente da República assumiu com o Presidente da Câmara.

O SR. PAULO RAMOS — Quero elogiar o procedimento de V. Exª e dizer que, infelizmente, esta sessão está sendo realizada de forma um pouco diferenciada, na medida em que estava marcada para as 9h30min e só começou uma hora depois. Por isso os Srs. Parlamentares que estão em outras dependências do Congresso só estão chegando agora. Se houver paciência em relação a esta votação, seguramente nas subseqüentes teremos o **quorum** garantido.

O Sr. Aloísio Vasconcelos — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. ALOÍSIO VASCONCELOS (PMDB — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, enquanto se processa a votação, gostaria de fazer um registro.

Havia dito ao Presidente Mauro Benevides, a quem dedico o maior respeito e admiração, que tínhamos **quorum**, e S. Exª, o Presidente do Congresso, dizia que era visível a falta de **quorum**. Colocado o veto em votação, o **quorum** está mais que aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Sr. Deputado, era visível a falta de **quorum** àquele momento. Inclusive, por solicitação de V. Exª, os Srs. Deputados estão

chegando. Mas o nobre Presidente Mauro Benevides tinha razão. Era evidente a falta de **quorum** no plenário.

O Sr. Antônio dos Santos — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. ANTÔNIO DOS SANTOS (Bloco — CE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Bloco lembra aos Srs. Deputados que estão chegando ao plenário que votem "sim".

(Prosegue a votação)

O Sr. Ernesto Gradella — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. ERNESTO GRADELLA (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, gostaria de dizer que, por engano, meu voto foi registrado como abstenção, mas votei "não".

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Nobre Deputado Ernesto Gradella, o voto é secreto, mas fica registrada sua observação.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Vou encerrar a votação.

Está encerrada a votação.

VOTARAM OS SRS. DEPUTADOS:

Roraima

Alceste Almeida
Francisco Rodrigues
Julio Cabral
Marcelo Luz
Ruben Bento
Teresa Jucá
Amapá
Aroldo Goes
Eraldo Trindade
Fátima Pelaes
Lourival Freitas
Murilo Pinheiro
Sérgio Barcellos
Valdenor Guedes

Pará

Domingos Juvenil
Eliel Rodrigues
Giovanni Queiroz
Mario Martins
Nicias Ribeiro
Paulo Rocha
Paulo Titan
Socorro Gomes
Valdir Ganzer

Amazonas

Beth Azize
Eduardo Braga
Ézio Ferreira
José Dutra
Pauderney Avelino
Ricardo Moraes

Rondônia

Carlos Camurça
Edison Fidelis
Jabes Rabelo
Pascoal Novaes
Acre
Adelaide Neri
Francisco Diógenes
João Maia
João Tota
Zila Bezerra

Tocantins

Derval de Paiva
Eduardo Siqueira Campos
Freire Júnior
Hagahus Araujo
Leomar Quintanilha

Maranhão

Cesar Bandeira
Cid Carvalho
Costa Ferreira
Daniel Silva
Eduardo Matias
Francisco Coelho
Haroldo Sabóia
João Rodolfo
José Burnett
José Carlos Sabóia
Nan Souza
Paulo Marinho
Reseane Sarney

Ceará

Aécio de Borba
Antônio dos Santos
Ariosto Holanda
Gonzaga Mota
Jackson Pereira
José Linhares
Luiz Girão
Luiz Pontes
Marco Penaforte
Maria Luiza Fontenelle
Orlando Bezerra
Sergio Machado
Ubiratan Aguiar
Vicente Fialho

Piauí

B. Sá
Caldas Rodrigues
Ciro Nogueira
Felipe Mendes
José Luiz Maia
Murilo Rezende
Paulo Silva

Rio Grande do Norte

Fernando Freire
Flávio Rocha
Henrique Eduardo Alves
João Faustino
Ney Lopes

Paraíba

Adauto Pereira
Edivaldo Motta
Efraim Moraes
Evaldo Gonçalves
Ivandro Cunha Lima
José Luiz Clerot
Rivaldo Medeiros
Vital do Rego

Pernambuco

Alvaro Ribeiro
Fernando Bezerra Coelho
Gustavo Krause
José Moura
Luiz Piauhyllino
Maurílio Ferreira Lima
Mavíael Cavalcanti
Nilson Gibson
Reinaldo Calheiros
Ricardo Fiúza
Roberto Franca
Roberto Freire
Roberto Magalhães
Salatiel Carvalho
Sérgio Guerra
Tony Gel

Alagoas

Augusto Farias
José Thomaz Nono
Olavo Calheiros
Roberto Torres
Vitório Malta

Sergipe

Benedito de Figueiredo
Cleonancio Fonseca
Everaldo de Oliveira
Jerônimo Reis
José Teles
Pedro Valadares

Bahia

Alcides Modesto
Ângelo Magalhães
Beraldo Boaventura
Clóvis Assis
Eraldo Tinoco
Genebaldo Correia
Haroldo Lima
Jabes Ribeiro
Jairo Azi
Jairo Carneiro
Jaques Wagner
Jorge Khoury
José Carlos Aleluia
José Falcão
Jutahy Júnior
Leur Lomanto
Luís Eduardo
Luiz Moreira
Manoel Castro
Nestor Duarte
Pedro Irujo
Prisco Viana
Sérgio Gaudenzi
Uldurico Pinto
Waldir Pires

Minas Gerais

Aloisio Vasconcelos
Annibal Teixeira
Armando Costa
Avelino Costa
Camilo Machado
Célio de Castro
Edmar Moreira
Genésio Bernardino
Getúlio Neiva
Irani Barbosa
Israel Pinheiro
João Rosa
José Belato
José Geraldo
José Ulisses de Oliveira
Leopoldo Bessone
Luiz Tadeu Leite
Marcos Lima
Mário de Oliveira
Maurício Campos
Neif Jabur
Nilmário Miranda
Odelmo Leão
Osmânio Pereira
Paulino Cícero de Vasconcelos
Paulo Delgado
Paulo Heslander
Romel Anísio

Ronaldo Perim
Samir Tannus
Sandra Starling
Saulo Coelho
Vittorio Medioli
Wagner do Nascimento
Zaire Rezende
Espírito Santo
Aloizio Santos
Etevaldo Grassi de Menezes
João Baptista Motta
Nilton Baiano
Paulo Hartung
Rita Camata
Roberto Valadão

Rio de Janeiro

Aldir Cabral
Arolde de Oliveira
Artur da Távola
Benedita da Silva
Carlos Lupi
César Maia
Cidinha Campos
Eduardo Mascarenhas
Fábio Raunheitti
Flávio Palmier da Veiga
Francisco Silva
Jair Bolsonaro
Jamil Haddad
Jandira Feghali
José Carlos Coutinho
Junot Abi-Ramia
Laerte Bastos
Márcia Cibílis Viana
Marino Clinger
Miro Teixeira
Nelson Bornier
Paulo Ramos
Regina Gordilho
Roberto Campos
Roberto Jefferson
Rubem Medina
Sandra Cavalcanti
Sérgio Arouca
Sérgio Cury
Sidney de Miguel
Simão Sessim
Vladimir Palmeira
Wanda Reis
São Paulo
Alberto Goldman
Aldo Rabelo
Aloizio Mercadante
André Benassi
Antônio Carlos Mendes Thame
Arnaldo Faria de Sá
Ary Kara
Beto Mansur
Cardoso Alves
Diogo Nomura
Eduardo Jorge
Ernesto Gradella
Euclides Mello

Fábio Meirelles
Fausto Rocha
Florestan Fernandes
Gastone Righi
Geraldo Alckmin Filho
Heitor Franco
Hélio Bicudo
Hélio Rosas
Irma Passoni
Jorge Tadeu Mudalen
José Cicote
José Dirceu
José Genoino
José Maria Eymael
Jurandyr Paixão
Koyu Iha
Liberato Caboclo
Luiz Carlos Santos
Luiz Gushiken
Magalhães Teixeira
Manoel Moreira
Marcelino Romano Machado
Marcelo Barbieri
Mendes Botelho
Nelson Marquezelli
Oswaldo Stecca
Ricardo Izar
Roberto Rollemberg
Solon Borges dos Reis
Tidei de Lima
Tuga Angerami
Ulysses Guimarães
Vadão Gomes
Walter Nory
Mato Grosso
Augustinho Freitas
João Teixeira
José Augusto Curvo
Rodrigues Palma
Wellington Fagundes
Distrito Federal
Augusto Carvalho
Chico Vigilante
Maria Laura
Sigmaringa Seixas
Goiás
Antonio Faleiros
Lazaro Barbosa
Luiz Soyer
Paulo Mandarino
Pedro Abrão
Ronaldo Caiado
Paraná
Antonio Barbara
Antônio Ueno
Basílio Villani

Carlos Scarpelini
Delcino Tavares
Edesio Passos
Élio Dalla-Vecchia
Flávio Arns
Ivanio Guerra
Joni Varisco
Luciano Pizzatto
Luiz Carlos Hauly
Matheus Iensen
Max Rosenmann
Munhoz da Rocha
Otto Cunha
Paulo Bernardo
Pedro Tonelli
Reinaldo Stephanes
Renato Johnsson
Romero Filho
Rubens Bueno
Said Ferreira
Werner Wanderer
Wilson Moreira
Santa Catarina
Ângela Amin
César Souza
Dejandir Dalpasquale
Eduardo Moreira
Hugo Biehl
Jarvis Gaidzinski
Luci Choinacki
Nelson Morro
Neuto de Conto
Orlando Pacheco
Vasco Furlan
Rio Grande do Sul
Adão Pretto
Adroaldo Streck
Adylson Motta
Antonio Britto
Arno Magarinos
Carlos Cardinal
Carrion Júnior
Celso Bernardi
Eden Pedroso
Fernando Carrion
Fetter Júnior
Germano Rigotto
Ibsen Pinheiro
Jorge Uequed
José Fortunati
Nelson Jobim
Odacir Klein
Oswaldo Bender
Paulo Paim
Valdomiro Lima
Victor Faccioni

A Sra. Socorro Gomes — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Tem V. Exª a palavra.

A SRA. SOCORRO GOMES (PC do B — PA. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, gostaríamos de registrar que toda a bancada do PC do B votou “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Nobre Deputada, já está registrado, se todos votaram mesmo...

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — **Item 3:**

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 97, DE 1989

(Nº 3.683/89, na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 97, de 1989 (nº 3.683/89, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, tendo — Relatório, sob nº 8, de 1990-CN, da Comissão Mista. (Mens. nº 159/90-CN.)

Partes vetadas:

- §§ 1º e 2º do art. 5º;
- inciso IX do art. 6º;
- art. 11;
- art. 15;
- art. 16;
- item II do § 2º do art. 26;
- parágrafo único do art. 27;
- § 1º do art. 28;
- § 4º do art. 37;
- inciso X do art. 39;
- art. 45;
- inciso V e § 3º do art. 51;
- § 3º do art. 52;
- § 1º do art. 53;
- § 5º do art. 54;
- § 2º do art. 55;
- §§ 2º e 3º do art. 6º;
- art. 62;
- parágrafo único do art. 67;
- parágrafo único do art. 68;
- §§ 2º e 3º do art. 82;
- parágrafo único do art. 83;
- art. 85;
- art. 86;
- art. 89;
- parágrafo único do art. 92;
- art. 96;
- parágrafo único do art. 97;
- §§ 1º e 2º do art. 102;
- incisos X, XI e XII do art. 106;
- art. 108;
- art. 109;

Prazo: 8-11-90

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

Sobre a mesa, requerimentos que vão ser lidos pelo Sr. 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — A Mesa vai anunciar o resultado da votação: 138 votos “sim”; 193 votos “não”; 4 abstenções. Total: 335 votantes.

O veto, mantido na Câmara dos Deputados, não vai ao Senado Federal.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 611, DE 1991-CN

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais requero **destaque para votação em separado** da seguinte parte vetada constante do item 3 (PLS nº 97/89 — Proteção do Consumidor): — § 2º do art. 5º

Sala das Sessões, 23 de abril de 1991. — Deputado José Genoíno, Líder do PT.

REQUERIMENTO Nº 612, DE 1991-CN

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais requero **destaque para votação em separado** da seguinte parte vetada constante do item 3 (PLS nº 97/89 — Proteção do Consumidor) — item II do § 2º do art. 26.

Sala das Sessões, 23 de abril de 1991. — Deputado José Genoíno, Líder do PT.

REQUERIMENTO Nº 613, DE 1991-CN

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais requero **destaque para votação em separado** da seguinte parte vetada constante do item 3 (PLS nº 97/89 — Proteção do Consumidor) — § 1º do art. 28.

Sala das Sessões, 23 de abril de 1991. — Deputado José Genoíno, Líder do PT.

REQUERIMENTO Nº 614, DE 1991-CN

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais requero **destaque para votação em separado** da seguinte parte vetada constante do item 3 (PLS nº 97/89 — Proteção do Consumidor): — § 4º do art. 37.

Sala das Sessões, 23 de abril de 1991. — Deputado José Genoíno, Líder do PT.

REQUERIMENTO Nº 615, DE 1991-CN

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais requero **destaque para votação em separado** da seguinte parte vetada constante do item 3 (PLS nº 97/89 — Proteção do Consumidor): — § 3º do art. 51, e inciso V do art. 51.

Sala das Sessões, 23 de abril de 1991. — Deputado José Genoíno, Líder do PT.

REQUERIMENTO Nº 616, DE 1991-CN

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais requero **destaque para votação em separado** da seguinte parte vetada constante do item 3 (PLS nº 97/89 — Proteção do Consumidor): — § 5º do art. 54.

Sala das Sessões, 23 de abril de 1991. — Deputado José Genoíno, Líder do PT.

REQUERIMENTO Nº 617, DE 1991-CN

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais requero **destaque para votação em separado** da seguinte parte vetada constante do item 3 (PLS nº 97/89 — Proteção do Consumidor): — §§ 2º e 3º do art. 60.

Sala das Sessões, 23 de abril de 1991. — Deputado José Genoíno, Líder do PT.

REQUERIMENTO Nº 618, DE 1991-CN

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais requero **destaque para votação em separado** da seguinte parte vetada constante do item 3 (PLS nº 97/89 — Proteção do Consumidor): — § 3º do art. 82.

Sala das Sessões, 23 de abril de 1991. — Deputado José Genoíno, Líder do PT.

REQUERIMENTO Nº 619, DE 1991-CN

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais requero **destaque para votação em separado** da seguinte parte vetada constante do item 3 (PLS nº 97/89 — Proteção do Consumidor): — § único do art. 92.

Sala das Sessões, 23 de abril de 1991. — Deputado José Genoíno, Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Os dispositivos a que se referem os requerimentos lidos serão votados separadamente.

O Sr. José Luiz Maia — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA (PDS — PI. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, parece-me que a votação desse veto começa pelo Senado.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Peço aos Srs. Senadores que ocupem seus lugares, porque a votação do veto começa pelo Senado Federal.

Solicito aos Srs. Senadores, que se encontram em seus gabinetes, que compareçam ao plenário, a fim de iniciarmos a votação do veto ao § 2º do art. 5º

O Sr. Benito Gama — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. BENITO GAMA (Bloco — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, peço a palavra para registrar minha presença na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — V. Exª será atendido.

O Sr. Félix Mendonça — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. FÉLIX MENDONÇA (PTB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, peço a palavra para registrar minha presença na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — V. Exª será atendido.

O Sr. Luiz Henrique — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. LUIZ HENRIQUE (PMDB — SC. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, peço a palavra para registrar minha presença na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — V. Exª será atendido.

O Sr. Paulo Mourão — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. PAULO MOURÃO (PDC — TO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, peço a palavra para registrar minha presença na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — V. Exª será atendido.

O Sr. José Gomes da Rocha — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. JOSÉ GOMES DA ROCHA (PRN — GO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, peço a palavra para registrar minha presença na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — V. Exª será atendido.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Peço aos Srs. Senadores que ocupem seus lugares.

O Sr. Elcio Álvares — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. ÉLCIO ÁLVARES (PFL — ES. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, pela Liderança do PFL, oriento o voto “sim”, em virtude da flagrante inconstitucionalidade do texto que está sob exame.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — A Presidência solicita a todos os Srs. Senadores que tomem seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Os Srs. Senadores que se encontram nas bancadas queiram registrar seus códigos de votação.

O Sr. Gastone Righi — Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, V. Exª está submetendo ao Senado o mesmo veto que foi submetido à Câmara dos Deputados?

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Não, Excelência. Trata-se de outro veto. Estamos votando o item 3 da pauta. Aquele já foi mantido.

O SR. GASTONE RIGHI — Quer dizer que a votação começa pelo Senado Federal?

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB — CE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a bancada do PMDB votará “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Srs. Senadores, queiram selecionar seus votos.

O Sr. Marco Maciel — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. MARCO MACIEL (PFL — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, como líder do PFL, devo solicitar aos colegas de bancada que votem “sim”, conseqüentemente, mantendo o veto.

O Sr. Mário Chermont — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. MÁRIO CHERMONT (PTB — BA. Sem revisão do orador.) — Peço a V. Exª, Sr. Presidente, que registre minha presença em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — V. Exª será atendido.

O Sr. Marco Maciel — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. MARCO MACIEL (PFL — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, gostaria de, mais uma vez, como Líder do PFL, fazer um apelo aos companheiros, para que votem “sim”, mantendo, conseqüentemente, o veto.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB — CE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, pela Liderança do PMDB, gostaria de convocar todos os nossos companheiros de bancada — 26 Srs. Senadores do PMDB — para que venham ao plenário.

Estendo esse apelo a todos os demais partidos com assento no Senado Federal, para que a sessão não se encerre e possamos prosseguir os nossos trabalhos.

(Procede-se à votação.)

O Sr. Tilden Santiago — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. TILDEN SANTIAGO (PT — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, na última votação o meu voto foi “não” e não saiu no painel.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — A Presidência comunica a V. Exª que a votação é secreta. Portanto, não saiu o voto, só o nome.

O Sr. Eduardo Suplicy — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero informar a V. Exª que diversos Srs. Senadores que estavam na Comissão de Assuntos Econômicos estão se dirigindo ao plenário para votar. Os que puderam andar mais depressa já chegaram, mas outros estão a caminho.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Esta Presidência aguardará as presenças de S. Exªs nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. MARCO MACIEL (PFL — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, tendo em vista que alguns senadores estão chegando agora, gostaria mais uma vez de dizer que a nossa posição é no sentido da manutenção do veto. Portanto, estamos votando “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — O voto é “sim”, recomenda o nobre Líder da Maioria no Senado.

O SR. PEDRO PAVÃO (PDS — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero consignar minha presença, porque o meu nome não apareceu no painel.

O Sr. Ronan Tito — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. RONAN TITO (PMDB — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, peço a V. Exª que faça um apelo. Duas comissões estão reunidas. A reunião da Comissão de Economia, que está tratando da evasão do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, terminou agora. Há alguns senadores lá que não estão sabendo desta sessão. Seria bom que se enfatizasse a importância da presença dos Srs. Senadores neste plenário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Esta Mesa faz um apelo aos Srs. Senadores que estiverem em comissões para que suspendam a sessão e venham ao plenário para a votação.

A SRA. MARIA VALADÃO (PDS — GO. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, peço a V. Exª que seja consignada a minha presença. Votei, mas o meu nome não apareceu no painel.

O SR. JOÃO PAULO (PT — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, meu nome não constou no painel. O meu voto é “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — O voto é secreto, nobre deputado. Constará apenas a presença de V. Exª

O Sr. Edi Siliprandi — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. EDI SILIPRANDI (PDT — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, meu nome não constou no painel. Gostaria que fosse consignada minha presença.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — V. Exª será atendido.

O Sr. Jesus Tajra — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. JESUS TAJRA (Bloco — PI. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero registrar minha presença na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — V. Exª será atendido.

O Sr. Jório de Barros — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. JÓRIO DE BARROS (PMDB — ES. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, peço a V. Exª que registre minha presença na sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — V. Exª será atendido.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Esta Presidência espera, por mais cinco minutos, a chegada dos nobres Srs. Senadores que estão reunidos nas Comissões, para encerrar esta votação.

O Sr. Eraldo Trindade — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. ERALDO TRINDADE (Bloco — AP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, na sessão de ontem do Congresso Nacional, o Senador Mauro Benevides, ao convocar sessão para hoje, anunciou que iria fazer cumprir o Regimento Interno, não permitindo que reuniões das Comissões, tanto na Câmara como no Senado, ocorressem, a fim de que os trabalhos da sessão de hoje fossem desenvolvidos sem problemas.

Então, solicito a V. Exª que, nas próximas sessões, o Regimento Interno seja obedecido, para que possamos cumprir a pauta sem a demora agora verificada, em razão da chegada dos Srs. Senadores e Deputado em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — É justa a solicitação do nobre Presidente Mauro Benevides. Faremos o mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — A Presidência pede a presença dos Srs. Senadores e Deputados no plenário para a continuidade da votação.

(Prossegue a votação)

O Sr. Marco Maciel — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. MARCO MACIEL (PFL — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a esta altura V. Exª já poderia dar por encerrada a votação. Não há mais nenhum Senador ausente.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Está chegando agora o nobre Senador Alfredo Campos.

O Sr. Luiz Soyer — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Soyer.

O SR. LUIZ SOYER (PMDB — GO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero apenas fazer uma comunicação aos nobres Parlamentares. A destinação de recursos para as estradas vicinais do Centro-Oeste, de acordo com a solicitação das Lideranças, passou a ser o último item da pauta de apreciação dos vetos. Pedimos, então, a presença dos Parlamentares na votação dessa matéria. Informamos que esse será o último item da atual pauta.

Já há pedido de destaque, para votação em separado, assinado por sete Líderes: do PMDB, do PDS, do PFL, do Bloco e de outros partidos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Essa matéria não será votada nesta sessão, nobre Deputado, porque devemos encerrá-la às 13 horas. Falta apenas um Senador. A Presidência está aguardando a chegada dos senadores que ainda estão nas Comissões para concluir essa votação.

O Sr. César Maia — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Saldanha Derzi) — Concedo a palavra ao nobre Deputado César Maia.

O SR. CÉSAR MAIA (PMDB — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados realiza uma reunião que conta com a presença de vários Srs. Senadores. Seria importante que S. Ex^{as} pudessem vir ao plenário para completar o *quorum*, pois estão presentes na Casa e trabalhando na verdade.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Haveno sessões da Câmara, do Senado ou do Congresso Nacional não é permitida a realização de reuniões das Comissões.

O Sr. João de Deus Antunes — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES (PDS — RS. Sem revisão do orador.) — Peço a V. Ex^a, Sr. Presidente, que registre minha presença em plenário na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — V. Ex^a será atendido.

O Sr. Flávio Derzi — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. FLÁVIO DERZI (Bloco — MS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que registre minha presença em plenário na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — V. Ex^a será atendido.

O Sr. Raul Pont — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. RAUL PONT (PT — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que registre minha presença em plenário na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — V. Ex^a será atendido.

O Sr. Antônio de Jesus — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ANTÔNIO DE JESUS (PMDB — GO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que registre minha presença em plenário na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — V. Ex^a será atendido.

O Sr. Laprovita Vieira — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. LAPROVITA VIEIRA (PMDB — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que registre minha presença em plenário na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — V. Ex^a será atendido.

O Sr. Odacir Soares — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ODACIR SOARES (PFL — RO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que registre minha presença em plenário na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — V. Ex^a será atendido.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Está encerrada a votação.

VOTARAM OS SRS. SENADORES:

Roraima

João França

Amapá

Jonas Pinheiro

Acre

Nabor Júnior

Tocantins

Carlos Patrocínio
João Rocha

Ceará

Cid Saboia de Carvalho

Piauí

Hugo Napoleão
Lucidio Portella

Rio Grande do Norte

Dario Pereira
Garibaldi Alves

Paraná

Antonio Mariz
Humberto Lucena
Raimundo Lira

Pernambuco

Marco Marciel
Mansueto de Lavour

Alagoas

Guilherme Palmeira

Sergipe

Francisco Rollemberg

Lourival Baptista

Minas Gerais

Alfredo Campos

Junia Marise

Ronan Tito

Espírito Santo

Elcio Alvares

João Calmom

Rio de Janeiro

Hydekél Freitas

Nelson Carneiro

São Paulo

Eduardo Suplicy

Mário Covas

Mato Grosso

Julio Campos

Louremberg Nunes Rocha

Distrito Federal

Mauricio Correa

Meira Filho

Valmir Campelo

Mato Grosso do Sul

Levy Dias

Rachid Saldanha Derzi

Paraná

Affonso Camargo

José Eduardo

José Richa

Santa Catarina

Dirceu Carneiro

Esperidião Amim

Nelson Wedekin

Rio Grande do Sul

José Fogaça

Pedro Simom

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Esta Presidência anunciará o resultado: 23 votos “sim”; 18 votos “não”, 1 abstenção. Total: 42 Srs. Senadores votantes.

O veto foi mantido no Senado. Não irá à Câmara dos Deputados.

O Sr. Ronaldo Aragão — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. RONALDO ARAGÃO (PMDB — RO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, peço a V. Exª que registre minha presença em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — V. Exª será atendido.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Esta Presidência verifica que não há mais número no plenário. Temos o compromisso com o Presidente da Câmara dos Deputados de encerrar a sessão às 13h.

Nestas condições, todas as demais, matérias da pauta deixam de ser apreciadas.

São as seguintes as matérias cuja apreciação é adiada:

— 5 —

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 50, DE 1990
(Medida Provisória nº 249/90)

Votação, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 50, de 1990, que dispõe sobre a organização e custeio da Seguridade Social e altera a legislação de benefícios da Previdência Social, tendo

— Relatório, sob nº 3, de 1991-CN, da Comissão Mista. (Mens. nº 10-91-CN.)

Parte vetadas:

- art. 1º;
- art. 2º;
- art. 3º;

— art. 4º;

— art. 6º;

— art. 7º;

— art. 8º;

— art. 9º;

— art. 10. e

— art. 16.

Prazo: 28-3-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 2 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 49, DE 1990
(Nº 3.101/90, na origem)

Votação, em turno único, do veto total apostado a Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 1990 (nº 3.101/90)

— 7 —

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 176, DE 1989
(Nº 4.086/89, na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 176, de 1989 (nº 4.086/89, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a Política Agrícola.

(Mens. nº 23/91-CN.)

Parte vetadas:

— item V do art. 3º;

— item XII do art. 3º;

— itens I, II e V do art. 5º;

— item XII do § 1º do art. 5º;

— § 2º do art. 5º;

— §§ 7º e 8º do art. 5º;

— item I do art. 6º;

— §§ 1º e 2º do art. 8º;

— art. 11. **caput**;

— art. 15;

— art. 21;

— art. 24;

— art. 27;

— art. 28;

— art. 29;

— itens V, VII, VIII, X, XI; XII do art. 30;

— §§ 2º e 4º do art. 31;

— art. 32;

— art. 33; **caput**, e § 1º;

— art. 34;

— **Parágrafo único** do art. 37;

— art. 38;

— art. 39;

— art. 40;

— art. 41;

— art. 43;

— art. 44;

— art. 46;

— item IV do art. 48;

— § 1º do art. 50;

— art. 51;

— 4 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, DE 1990
(Nº 3.099/89, na origem)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1990 (nº 3.099/89, na origem), que dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social, suas

definições, princípios e diretrizes, determina competência gerais em cada esfera de governo, benefícios e serviços, fontes de financiamento, e dá outras providências. (Mens. nº 172/90-CN.)

Prazo: 10-11-90

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 1 —

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 21, DE 1990
(Medida Provisória nº 151 de 1990.)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal e dá outras providências. (Mens. nº 71/90-CN.)

Partes vetadas:

- § 1º do art. 1º;
- § 2º do art. 1º;
- § 3º do art. 1º;
- art. 3º;
- § 1º do art. 4º;
- art. 6º e seu parágrafo;
- parágrafo único do art. 6º;
- parágrafo único do art. 7º;
- alínea c do parágrafo único do art. 16;
- § 5º do art. 18;

— § 2º do art. 20;

— art. 25; e

— art. 26.

Prazo: 23-6-90

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com § 6º do art. 66 da Constituição.

— 8 —

PROJETO DE LEI Nº 19, DE 1990-CN

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 19, de 1990-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1991.

(Mens. nº 25/91-CN.)

Parte vetadas:

— art. 16; e

— itens de programação constantes dos Anexos I e II.

Prazo: 2-5-91.

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — A Presidência convoca sessão do Congresso Nacional, como já adiantou o Presidente Mauro Benevides ao início da Ordem do Dia, destinada a apreciação do Projeto de Lei nº 3, de 1991-CN, às 19 horas de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 58 minutos.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral Cr\$ 5.770,57

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral Cr\$ 5.770,57

J. avulso Cr\$ 117,93

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência — PS-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes — Brasília — DF

CEP: 70160

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações — Coordenação de Atendimento ao Usuário.

MACHADO DE ASSIS E A POLÍTICA

Livro de crônicas de Machado de Assis sobre o *Senado do Império*.

Apresentação do Senador NELSON CARNEIRO, Presidente do Congresso Nacional; dos escritores Austregésilo de Athayde, Afonso Arinos, Afrânio Coutinho, Carlos Castelo Branco, Luiz Viana Filho, José Sarney, Josué Montello, Marcos Vinícius Vilaça, Raymundo Faoro.

“Política, como eu e o meu leitor entendemos, não há. E devia agora exigir-se do melro o alcance do olhar da águia e o rasgado de um vôo? Além de ilógico seria crueldade.”

(DRJ, 1-11-1861)

“Cada Ministro gosta de deixar entre outros trabalhos um que especifique o seu nome no catálogo dos administradores.”

(DRJ, 10-12-1861)

Edição comemorativa do Sesquicentenário
de Nascimento de Machado de Assis.

“Deve-se supor que é esse o escolhido do Partido do Governo, que é sempre o legítimo.”

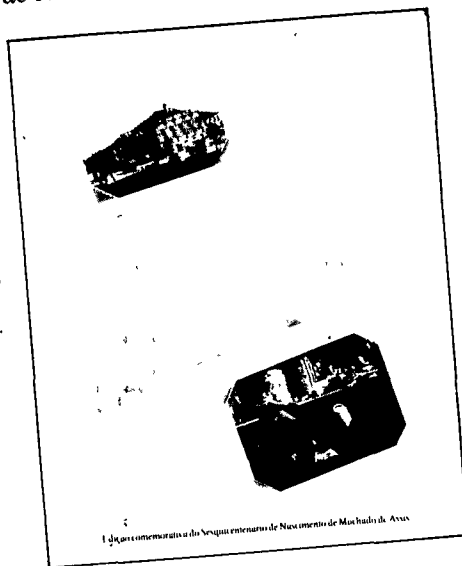
(DRJ, 10-11-1861)

“Em que tempo estamos? Que País é este?”

(DRJ, 12-6-1864)

“Se eu na galeria não posso dar um berro, onde é que hei de dar? Na rua, feito maluco?”

(A Semana, 27-11-1892)



Edição Limitada
ADQUIRA SEU EXEMPLAR

Edição Normal
Edição Especial

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF — CEP 70160

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 e 224-5615, na Coordenação de Atendimento ao Usuário — Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações.

**Centro Gráfico do Senado Federal ,
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS